

Universidade Camponesa no Brasil

Documento técnico e avaliação do 1º ciclo da UNICAMPO

Jean-Philippe Tonneau - CIRAD - Tera

Márcio Caniello - UFCG

Eric Sabourin – CIRAD - Tera

Fernanda Leal - UFCG

Ghislaine Duqué – UFCG

Josafá de Orós

Sumário

Résumé / Abstract

Introdução

1. Antecedentes

- 1.1. Justificativa
- 1.2. Histórico
- 1.3. Estratégias de implementação

2. Princípios gerais e metodologia da Universidade Camponesa no Brasil

3. O projeto experimental da Unicampo

4. Avaliação da Unicampo Nordeste

- 4.1. Avaliação técnica e pedagógica
- 4.2. Primeiros resultados, impactos e ensinamentos
- 4.3. Perspectivas

5. Conclusão: as perspectivas

Bibliografia

Anexos

- A-1. A UPAFA
- A-2. Carta Magna da Universidade Camponesa no Brasil
- A3. Extrato do Projeto Técnico UNICAMPO apresentado pela UFCG
- A4. Ficha sintética Universidade Camponesa/Brasil
- A5. Plano do curso de especialização "Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar" Laboratório Rural Nordeste - UFPE -

Résumé

Ce document présente le dossier technique et l'évaluation du premier cycle du projet Unicampo conduit dans la région du Cariri (Etat de la Paraíba, Nordeste) dans le cadre de l'Université Paysanne au Brésil. Cette initiative est portée par l'Université Fédérale de Campina Grande, l'Ecole Technique Agricole de Sumé, des organisations paysannes et des collectivités territoriales. Elle bénéficie de l'appui du Cirad et du Ministère du Développement Agraire du Brésil via le projet Don Helder Camara. D'autres expériences locales ou régionales sont en cours de réalisation ou en préparation au Brésil.

Mots Clef : université, organisations paysannes, agricultures familiales, politiques publiques, développement territorial, formation d'agriculteurs, Brésil

Peasant Academy in Brazil: first session technical draft and evaluation

Abstract

This document presents the technical and pedagogical project and the evaluation of the first Peasant Academy course in Brazil (Unicampo project) implemented in the Cariri region (Paraíba State, Nordeste). This experience was conducted through a partnership between Campina Grande Federal University, Cirad, Brazilian Ministry of Agrarian Development (Don Helder Camara Fida-MDA Project), peasant organisations and local councils. In the Nordeste region, other regional and local initiatives of Peasant Academy are being experimented or prepared.

Key words : University, peasant organisations, family agriculture, public policies, land development, peasant training, Brazil.

PRINCIPAIS SIGLAS MENCIONADAS

A-E	Agricultores - Experimentadores
AF	Agricultura(s) Familiar(es)
AFM	Programa Agriculturas Familiares e Globalização (Cirad)
ASA	Articulação do Semi-Árido (Brasil)
ASPTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
BA	Estado da Bahia
CCEPASA	Centro Caririzense de Educação, Pesquisa e Assessoria Sócio-Ambiental
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
<i>CONDEA</i>	<i>Conselho Nacional de Desenvolvimento Agrário [Será que está certa a sigla no original?]</i>
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CRESOL	Associação de Produtores familiares para o Crédito Solidário (Paraná) <i>[Será que está certa a tradução?]</i>
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FAO)
MAE	Ministério de Assuntos Estrangeiros (França)
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil)
MEC	Ministério da Educação (Brasil)
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários para o Desenvolvimento
OA	Organizações de agricultores
PB	Estado da Paraíba
PE	Estado de Pernambuco
PROCAD	Programa <i>[ver sigla correta]</i>
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SRA	Secretaria da Reforma Agrária (MDA - Brasil)
TERA	Programa Territórios, Meio Ambiente e Atores (Cirad)
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco, Recife
UNICAMP	Universidade de Campinas, SP
UNICAMPO	Universidade Camponesa (Brasil)
UPAFA	Universidade Camponesa Africana (Université Paysanne Africaine)

Introdução

Em junho de 2003 começou a ser implementado o projeto UniCampo (Universidade Camponesa) por uma parceria que inclui a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e as organizações camponesas e sindicais da região do Cariri. Este projeto tem o apoio do CIRAD, da Escola Técnica Agrícola e da Prefeitura de Sumé, da ONG local CCEPASA e Do Projeto Dom Helder Câmara (MDA-FIDA). O primeiro ciclo desta formação foi realizado no período que vai do 27 de setembro ao 12 de Dezembro de 2003, nas salas da Escola Técnica de Agricultura de Sumé. Um segundo ciclo será realizado na região do Cariri, para o mesmo público, em 2004.

A primeira parte deste documento apresenta os antecedentes. O segundo capítulo desenvolve os princípios da Universidade Camponesa no Brasil, bem como o projeto técnico e pedagógico da Unicampo Nordeste. A terceira seção é consagrada à avaliação do primeiro ciclo realizado em Sumé no Estado de Paraíba.

1. Antecedentes

1.1. Justificativa

As organizações de agricultores são levadas, cada vez mais, a assegurar novas funções para além da gestão local de recursos, de projetos ou de infra-estruturas. Trata-se, por um lado, da gestão de serviços (crédito, formação, experimentação agrícola) e de cadeias produtivas, mas também da participação na elaboração e/ou na negociação de programas e políticas públicas em diferentes escalas e para diferentes temas (descentralização, luta contra a pobreza, gestão dos recursos naturais, jovens, mulheres, etc.). Nos âmbitos de negociação destes programas e políticas, as organizações de agricultores e rurais se encontram, frequentemente, numa situação de assimetria de informação, e de déficit de capacidades de análise e de intervenção diante dos outros atores (agências internacionais, organismos de financiamento, órgãos de Estado, empresas, bancos, etc.).

Novas formas e novos conteúdos de formação, para além de questões técnica ou de gestão de recursos locais, se fazem portanto necessários para reforçar a capacidade de análise, decisão e negociação dos agricultores familiares e as suas organizações (Cirad Tera, 2001). O objetivo da Universidade Camponesa é precisamente pôr à disposição das organizações camponesas, através de conteúdos e métodos pedagógicos adaptados, os elementos de conhecimento e de análise econômica e sócio-política geralmente reservados aos estudantes do ensino superior ou aos centros de poder.

As Universidades Camponesas na África (UPAFA, APM África) e no Brasil, são justificadas pelo mandato das instituições participantes em termos de luta contra a pobreza, desenvolvimento sustentável, acompanhamento das inovações técnicas e organizacionais e formação dos atores dos países do Sul.

Mais especificamente, trata-se de:

- valorizar os conhecimentos adquiridos sobre os temas das transformações dos sistemas de agriculturas familiares e camponesas, da evolução das políticas públicas e o seu impacto nestas agriculturas, das respostas e posições das organizações camponesas e profissionais agrícolas em termos de negociação e de articulação com a intervenção pública.
- concorrer ao reforço das capacidades de análise e ação das organizações camponesas, das organizações territoriais locais e dos outros atores do mundo rural dos países do Sul

- acompanhar e avaliar iniciativas de formação orientadas para a co-produção - de conhecimentos, "know-how" e referências - em parceria entre agricultores, professores, agentes de desenvolvimento, responsáveis políticos locais e pesquisadores.

1.2. histórico

Há 3 anos que o Cirad assegura um apoio científico, metodológico e pedagógico à Universidade Camponesa Africana, experiência que integra vários países africanos, desenvolvida sob a coordenação da ONG "Agriculturas Camponesas e Modernização" (APM África) (Anexo 1). No ano 2000, durante os eventos de formação e seminários internacionais do Projeto "as organizações camponesas e indígenas perante os desafios da globalização, alguns responsáveis nacionais da CONTAG, tomaram conhecimento dos trabalhos da UPAFA e solicitaram um apoio do Cirad para a instalação de uma Universidade Camponesa brasileira, no âmbito da própria organização. O Cirad Tera colocou, a partir de março de 2001, um especialista em "serviços de apoio" aos agricultores (formação e crédito) a disposição da CONTAG em Brasília, através do seu serviço técnico, a Fundação Lyndolfo Silva (FLS) (Caron et al, 2003).

Por diversas razões, políticas e orçamentárias, entre outras, a implementação de ações-piloto no Nordeste e no Sul (Paraná - Cresol) foi portanto adiada para depois das eleições gerais de Outubro de 2002 (Sabourin, 2002).

1.3. Implementação das primeiras experiências no Nordeste

No final de 2002, uma reunião em Campina Grande entre o Cirad e as instituições brasileiras (NEAD, UFPE, UFCG, MDA-SAF, CONDEA, ÁS-PTA, ASA, Sindicatos) permitiu a criação de um pequeno grupo de cinco membros, composta de universitários e representantes da sociedade civil. Este grupo tinha como missão a de promover e acompanhar diversas experiências, respeitando uma filosofia de trabalho resumida numa Carta Magna da Universidade Camponesa no Brasil (Universidade Camponesa no Brasil, 2003 e Anexo 2).

Estes experiências deviam apresentar e tornar conhecida a Universidade Camponesa para a sociedade local e nacional e para parceiros potenciais.

Cada projeto experimental como a Unicampo organiza um Comité Executivo específico, que se encarrega da elaboração e execução das ações de formação (UFCG, 2003). Um estudo de viabilidade, realizado por meio de oficinas preparatórias devoa indicar:

- As parcerias: entre as organizações comprometidas em colocar a disposição os educadores – instrutores - monitores ou para a indicação dos formandos;
- A grade pedagógica, que deve mostrar: objetivos e temas dos cursos, metodologia, itinerário pedagógico, duração e horários, sistemas de acompanhamento e orientação e aplicação dos conhecimentos adquiridos e critérios de avaliação;
- O perfil dos participantes: nível exigido e público alvo (agricultores, lideranças camponess ou técnicos e agentes de desenvolvimento).
- a localização dos cursos: salas para ensino presenciau a distância, infra-estrutura e equipamento necessários.
- O orçamento e os financiamentos.

A sistematização (a fim de constituir referências) e a avaliação destas experiências deveriam permitir a definição de um projeto mais ambicioso. A idéia era favorecer um máximo de iniciativas locais e regionais ou nacionais que se identificassem com os princípios desta carta.

Em 2003, quatro experiências foram programadas:

- Os primeiros testes metodológicos que aplicaram os princípios da Universidade Camponesa tiveram lugar na restituição dos trabalhos da investigação "Impacto das políticas públicas sobre os agricultores familiares do Município de Lagoa Seca - Paraíba" (Weid e Al, 2003). Esta investigação comparativa entre os estados do Paraná e o Paraíba, financiada pelo CNPq foi conduzida em parceria pela equipe da AS-PTA, os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Lagoa Seca e pesquisadores da UFCG e do Cirad. Cinco sessões foram organizadas durante do ano 2003 a fim de apresentar aos atores e instâncias de decisão locais os seguintes produtos: o método original de investigação em parceria (Duque e Diniz, 2004), os resultados do estudo, mas também os ensinamentos e perspectivas em termos de negociação dos projetos e políticas públicas pelas organizações locais e profissionais (Tonneau et al., 2003).
- Sempre na Paraíba, o mesmo tipo de experimentação foi feita no âmbito de um projeto de pesquisa - ação/extensão da UFCG e da ASA, em apoio aos agricultores expropriados da barragem de Acauã. A Universidade Camponesa organizou e animou duas sessões de formação dos responsáveis das organizações de produtores locais. A primeira sessão (Junho de 2003) foi consagrada à análise das consequências do enchimento do reservatório da barragem sobre os sistemas de produção. Nesta sessão também foram discutidas as dificuldades das relações e negociações entre agricultores e serviços públicos, em especial no que diz respeito ao problema das indenizações. Uma segunda sessão (Dezembro de 2003) referiu-se à análise das potencialidades e as perspectivas de diversificação que oferece a barragem (pesca, irrigação) e da negociação destas possibilidades pelas OP com as autoridades e serviços competentes.
- Em Petrolina (Estado do Pernambuco) e Juazeiro (Estado de Bahia), no âmbito da valorização dos resultados da pesquisa sobre a tarifação da água nos perímetros irrigados¹, a equipe da Universidade Camponesa apoiou uma formação interativa entre técnicos, gestores e agricultores. Tratava-se de testar instrumentos metodológicos e pedagógicos de ajuda à decisão destes últimos, tais como dramatizações e instrumentos de simulação da gestão da água. A oficina de formação, realizada na cidade do Juazeiro entre os dias 23 e 28 de outubro de 2003, reuniu agricultores, técnicos do CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco), administradores e técnicos das cooperativas e de associações de produtores usuários da irrigação e os pesquisadores do Embrapa (Chohin et al., 2003).
- Por último, a UNICAMPO constituiu-se na experiência mais rica e estruturada da Universidade Camponesa no Brasil. E esta experiência que queremos analisar com mais detalhes na parte # do presente relatório.

2. Princípios gerais e metodologia da Universidade Camponesa no Brasil

A Carta Magna da Universidade Camponesa no Brasil (anexo 2) apresenta a justificativa, os objetivos, os beneficiários e os princípios gerais do projeto. Também explicita os princípios da abordagem metodológica, da pedagogia e da estratégia institucional.

¹ Pesquisa desenvolvida pelo Programa Conjunto sobre os Sistemas Irrigados (Cirad, Ird, Cemagref, Inra) sobre as questões levantadas pela tarifação da água

Objetivo da Universidade Camponesa

Oferecer formações para jovens camponeses, agricultores familiares, trabalhadores sem-terra e para membros e lideranças das organizações de agricultores de forma a reforçar as suas capacidades de análise e de elaboração de projetos individuais e coletivos.

Beneficiários

De forma ampla, todos os atores ligados à promoção da agricultura familiar e camponesa são beneficiários potenciais da Universidade Camponesa, incluindo os agentes de desenvolvimento dos municípios, das ONG, as OA e dos serviços públicos, as mulheres, os jovens e as pessoas idosas. Cada proposta, a partir de um corpus de regras comuns, deve adaptar-se ao pedido.

Por exemplo, o projeto Unicampo na Paraíba é destinado prioritariamente aos agricultores e agricultoras, membros de organização, sindicais e camponess ou de organizações rurais locais, jovens (25-35 anos) preferivelmente. Os candidatos devem, imperativamente, ser escolhidos e apresentados pelas suas organizações e saber ler e escrever.

Princípios básicos

- Promoção do desenvolvimento sustentável, respeitando e preservando os recursos para as gerações futuras;
- Identificação dos agricultores familiares como portadores de uma identidade própria ligada à história, aos valores e ao modo de vida "camponês", estando a produção de bens ao serviço de um projeto social;
- Associação da agricultura familiar a um modelo que limita o consumo de insumos e que valoriza os investimentos em trabalho, capaz de manter um nível de emprego rural e de limitar os desequilíbrios territoriais e sociais ligados à crescente urbanização marginal dos pequenos povoados rurais. No Brasil, a proposta que mais se identifica com este modelo é o da agricultura familiar agroecológica, que consiste em explorar de forma consciente a diversidade biótica e abiótica dos territórios rurais. O modelo agroecológico é construído localmente mobilizando os conhecimentos práticos, técnicos e empíricos dos agricultores, articulando-o e confrontando-o aos conhecimentos científicos (UFCG, CIRAD, 2003).

Método pedagógico

Gestão dos conhecimentos

Entende-se por gestão do conhecimento um método fundado na implantação e no desenvolvimento de processos de aprendizagem compartilhados e coletivos, no qual o grupo social é sujeito da construção do seu próprio saber.

O saber científico e o saber técnico deixam de ser hegemônicos. A sua articulação construtiva com os conhecimentos locais e as lógicas de cada grupo de formação visa a emergência de um saber apropriado coletivamente.

A construção de um sujeito social autônomo é encarada já na sua relação com os professores, formadores ou outros atores e agentes sociais engajados no processo de aprendizagem.

Aprendizagem pela pesquisa e a resolução dos problemas

A explicitação e a análise das diferenças e das contradições são elementos privilegiados. A falsa harmonia do pensamento econômico único, o saber científico e o progresso técnico normalizado é rejeitada; não se evitam os problemas, provoca-se o debate em redor deles.

O objetivo inicial é a construção de um ambiente favorável (ambiente de grupo, abertura e confiança mútuas) de modo que o nível das "defesas" individuais ou coletivas seja reduzido e que a possibilidade de confrontações não se traduzam em ameaças de ruptura no grupo.

As rupturas inovadoras são procuradas: a pedagogia busca a sua explicitação de maneira sistemática, via conflitos criativos e auto-regulados, estabelecendo parcerias e cumplicidades, sem hegemonias nem dominações de competências preestabelecidas. Em outras palavras, uma inovação, sobretudo institucional ou organizacional, só se justifica pela pressão social que a apoia e a impõe (Braudel, 1980).

A divulgação e a apropriação coletivas destes processos de resolução dos problemas são favorecidas pela coabitação operacional do grupo formandos-formadores durante as aulas, mas também através de programas de intercâmbio com convidados externos (via aprendizagens ou testemunhos) e com outros grupos de aprendizagem (escolas rurais, agricultores - experimentadores, escolas do Movimento Sem Terra, etc.).

Expansão da experiência coletiva de construção e gestão dos conhecimentos.

Dois conceitos são essenciais nesta abordagem metodológica: a autonomia e o sujeito social Castoriadis (1975). O conceito de sujeito social se refere a coletivos organizados como instâncias auto-constituídas. (Barus-Michel, 1987: 27)(apud Carta Magna).

“A articulação entre esses dois conceitos compreende que a autonomia interna e externa dos coletivos não significa a negação do outro, mas uma práxis em que a reflexão crítica sobre a leitura do outro não tem a intenção de excluí-lo, mas de superar seus limites construindo um novo saber e novos dispositivos de mediação e regulação coletiva.” (Carta Magna da Universidade Camponesa Brasileira, 2003).

Princípios institucionais

“A Universidade Camponesa é uma entidade aberta, sem sede fixa, que tem como compromisso aglutinar em si os agentes sociais, organizacionais e institucionais devotados ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.” (Universidade Camponesa, 2003).

Assim, no Brasil, a Universidade Camponesa foi pensada progressivamente, e depois testada sob a forma de um dispositivo institucional e de aprendizagem coletiva em rede, a partir de demandas locais e regionais assumidos por diferentes categorias de instituições. O objetivo comum destas demandas sempre tem sido o reforço das capacidades de análise e intervenção das organizações de agricultores.

Ela funciona como uma “rede”, em torno das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a fim de mobilizar as universidades de modo que estas assumam realmente o seu papel público de formação do conjunto da população. A noção de rede supõe trocas, aberturas mútuas onde as instâncias representativas dos agricultores familiares tenham um papel de coordenação do projeto. A organização em rede garante mais liberdade e flexibilidade às iniciativas locais de formação, que deverão respeitar os princípios básicos fundadores da Universidade Camponesa.

O respeito destes princípios permitirá qualificar estas ações de formação, assegurando-lhes um rótulo "Universidade Camponesa"

3. O projeto experimental UNICAMPO

31. Universidade do Cariri

A escolha do Cariri paraibano como *locus* da primeira ação do Projeto UniCampo deveu-se a vários fatores.

- esta microrregião está encravada em plena “diagonal seca”, onde se observam os menores índices de precipitação pluviométrica do semi-árido brasileiro (Cf. Cohen & Duque, 2001: 48);
- “os produtores agropecuários ainda representam os principais atores econômicos do Cariri, apesar da crise do setor”, congregando 70% da população economicamente ativa, com forte presença de agricultores familiares (Cf. Bazin, 2003: 19);
- a microrregião tem baixos índices de desenvolvimento econômico e humano, com destacada carência no setor educacional (Cf. Bazin, 2003: 48-52);
- a Escola Agrotécnica de Sumé, cuja experiência educacional é extremamente interessante (Cf. Caniello, 2001: 23-25), tem uma excelente infra-estrutura para comportar o *campus avançado*.

A experiência piloto do Projeto UniCampo foi implementada no *Campus Avançado* da UFCG nas dependências Escola Agrotécnica de Ensino Fundamental de Sumé, município situado no “centro geográfico” do Cariri paraibano, através do oferecimento de um *Curso de Extensão em Desenvolvimento Local Sustentável* para 30 alunos oriundos de 20 municípios da micro-região.

O UFCG ofereceu provisoriamente o quadro institucional mais adequado do qual dispunha para este tipo de formação: um curso de desenvolvimento rural local, no âmbito do seu mandato de extensão universitária e de formação descentralizada nos “campi” ditos “avançados ou descentralizados”. (Sabourin, 2003)

O Público-alvo foi composto por jovens camponeses com capacidade de liderança, vontade de progredir através dos estudos, com potencial de disseminação dos conhecimentos adquiridos e que tenham como opção de vida permanecer na região e trabalhar por seu desenvolvimento sustentável. O objetivo é formá-los como agentes de desenvolvimento sustentável.

A primeira reunião formal com os sindicatos camponeses e os parceiros locais teve lugar em Sumé (município localizado na região do Cariri Paraibano) em Junho de 2003. O programa foi montado e a seleção dos primeiros estudantes feita em agosto e a formação começou em setembro (anexo 3).

32. O conteúdo

Durante 10 fins de semanas, entre 27 de setembro e 7 de dezembro de 2003, 30 educandos participaram de um curso de extensão de 120 horas/aula, cujo currículo consistiu de três módulos de formação, um módulo de síntese e três oficinas.

O módulo de formação humanística foi centrado na definição da identidade camponesa a partir de quatro perspectivas:

- arqueológica (a revolução agrícola – ou neolítica – como origem da civilização moderna),
- antropológica (o campesinato como um modo de vida),
- histórica (a formação do campesinato brasileiro e o povoamento do Cariri)

- sociológica (os camponeses e seus dilemas frente ao capitalismo e à "modernidade").

O módulo de formação técnica tratou fundamentalmente dos recursos do Cariri paraibano, seus usos e potencialidades (com a elaboração participativa de um zoneamento agro-ecológico e tipologia) e da questão camponesa em face do desenvolvimento sustentável e das políticas públicas.

O módulo de formação social abordou temáticas como associativismo, cooperativismo e ação coletiva; o papel das lideranças para o desenvolvimento sustentável; a modernização e as tecnologias adaptadas ao Cariri (com um dia de campo dedicado à observação de experiências bem sucedidas).

O módulo de síntese resultou na conclusão de que o desenvolvimento do Cariri deverá ser fundamentado, por um lado, no resgate da identidade camponesa e, por outro, no fomento a atividades econômicas essencialmente agrícolas, sendo que a função produtiva comercial não deverá ser única: a produção para o auto-consumo, o artesanato, a gestão e conservação do meio ambiente, a preservação dos valores culturais e sociais são também tarefas do camponês caririzeiro. Neste sentido foram definidas as seguintes diretrizes para os projetos de desenvolvimento local sustentável:

- Resgate e afirmação da identidade camponesa através da capacitação de professores do ensino básico (replicação do curso de extensão);
- Fomento à economia camponesa através do desenvolvimento de projetos baseados na produção agropecuária familiar, propiciando segurança alimentar ao homem do campo e às populações marginalizadas das cidades;
- Fomento à cultura camponesa através do desenvolvimento de projetos em turismo, artesanato e outras produções artísticas;
- Articulação e mobilização coletiva para consecução de objetivos e acesso a tecnologias apropriadas (formação de associações, cooperativas de crédito, bancos de sementes, consórcios etc).

A equipe pedagógica era constituído de : Márcio Caniello (Coordenação geral; sócio-antropólogo, UFCG) Fernanda de L. Almeida Leal (Coordenação pedagógica; comunicação e semiótica, PUC-SP, UFCG); Severina Bezerra Duarte, (Coordenação logística local:agrônoma, diretora da Escola Agro-técnica de Sumé)

Os ensinamentos foram assegurados:

- para os módulos 1 e 3 por Márcio Caniello, Ghislaine Duque (socióloga, UFCG), Jorge Pereira de Almeida (professor de história, CCEPASA) e Francisco de Assis (pedagogo, CCEPASA, UEPB)
- para o módulo 2 por Jean-Philippe Tonneau (geógrafo, Cirad) e Alexandre Silva (Agrônomo, UFCG)
- para as disciplinas Artes e comunicação (nos 3 módulos) por Josafá de Orós e R. Monteiro (edição de cordel)

4. Avaliação do primeiro ciclo da Unicampo

O período entre os dias 6 e 8 de Dezembro de 2003 foi consagrado à uma tripla avaliação: interna, tanto pela equipe pedagógica do Unicampo e como pelos estudantes, e externa (por Eric Sabourin do Cirad e Maria do Carmo Duarte do Projeto Dom Helder Câmara - MDA/Fida). Os principais elementos destas três formas de avaliação foram expostos e debatidos entre estudantes, formadores e financiadores, na sessão de trabalho do dia 13 de Dezembro de 2003, que precedeu o encerramento oficial do primeiro ciclo da Unicampo.

4.1. Avaliação técnica e pedagógica

Estratégia institucional

O projeto UPAFA da África foi iniciado por um primeiro ciclo experimental de formação dos líderes de órgãos no cume da pirâmide organizacional, numa escala internacional, antes de implementar formações nas escalas nacional e local. A Universidade Camponesa no Brasil, embora fosse prevista inicialmente para funcionar a nível nacional com a CONTAG, começou a trabalhar no nível local, a partir de um grupo de sindicatos municipais e os seus parceiros da micro - região do Cariri. O objetivo é repetir as iniciativas locais, para passar mais tarde à escala do Estado (Paraíba, Pernambuco, Piauí, etc.) e da macro-região (Nordeste, Sul, etc.), antes de intentar algo numa escala nacional, o que, de qualquer forma, precisaria ser reconsiderado.

Esta dinâmica tem sido ditada pelas circunstâncias e pelas oportunidades. Mas, sendo a preocupação principal a aplicação dos conhecimentos adquiridos e o caráter operacional, as lições da experiência do Cariri mostram o quanto é interessante um processo “ascendente”, antes que “descendente”. Partir das especificidades locais permite construir rapidamente projetos com dimensão humana nos quais os processos coletivos de identidade enraízam-se no território e na sua história.

O efeito rede para facilitar o relacionamento entre atores, instituições e os seus projetos, funciona tanto no sentido do micro para o macro ou no sentido inverso. No entanto, é mais fácil, mais rápido e menos dispendioso de implementar a nível micro-regional e regional, sobretudo num país com dimensões continentais como o Brasil.

Conteúdo

O conteúdo era sem dúvida ambicioso para o número de horas-aula. Também representava um desafio em relação à falta de costume dos formandos, em especial para os cursos da sexta-feira à noite, após o cansaço de uma semana de trabalho e de várias horas de transporte. Contudo, tanto os estudantes como os formadores convieram que mais valia sobrar material didático e conteúdo do que faltar.

De fato, o segundo ciclo deverá retomar a aprofundar o tratamento de certos conteúdos: é o caso, por exemplo, dos métodos de estudo e de intervenção em meio rural, dos instrumentos e dispositivos de pesquisa, dos módulos técnicos.

Os estudantes esperavam um conteúdo técnico de tipo "extensão" – ou seja, receitas e métodos destinados a fazer deles monitores agrícolas, ou mesmo técnicos. Foram portanto surpreendidos, até certo ponto desconcertados, pelo nível conceitual do conteúdo e pela originalidade do método. Progressivamente, compreenderam que a idéia não era a de propôr-lhes soluções acabadas (transferência de tecnologias), mas ajudá-los a fazer perguntas, a compreender, analisar e participar de processos: ou seja, de apresentar elementos para aprender a aprender e a fazer. Quando entenderam a abordagem, o curso já estava terminando. Esta situação levou a sentimentos contraditórios nos participantes: por um lado, a satisfação de terem sido considerados capazes de apreender este tipo de conteúdo; por outro, uma frustração por não ter sabido ou podido aproveitar mais: "compartilhávamos a sede por mais informações, quando compreendemos a intenção dos formadores, nos deu uma sede ainda maior... mas o curso já estava terminando".

O pertinência do conteúdo foi sublinhada com uma menção para certos temas

- A história do Cariri, as origens e a permanência do campesinato:

" O que é ser um verdadeiro camponês? É alguém que nasce, produz e vive da sua terra e que não quereria nunca deixá-la, porque nunca imaginou ou sonhou em fazer isto..."

- Uma análise da realidade social e das políticas públicas:

"... as desigualdades sociais, a fragmentação da terra por herança, o minifúndio, a reforma agrária, tudo isto agora encontra a sua lógica, não é a fatalidade nem a vontade de Deus, como sempre nos disseram".

- Os instrumentos de conhecimento e de representação da região (subdivisão em zonas, técnicas de inquérito e de diagnóstico).

"Conhecemos mal a nossa região: estes métodos permitem conhecê-la melhor e valorizar o seu potencial."

As técnicas agrícolas – sobrevalorizadas pelo ensino oficial e frequentemente tornadas mais complicadas pela linguagem, pela incompetência ou pela vontade de poder dos serviços de pesquisa e de extensão – foram desmistificadas pelas visitas feitas aos agricultores - experimentadores da região. "... praticar e conhecer pelas palavras de outros agricultores permite compreender que é uma barragem subterrânea ou um controle natural de predadores... é muito mais fácil de fazer que o que imaginava". Os estudantes lamentaram não ter realizado mais visitas de campo deste tipo.

As artes plásticas associadas às técnicas de comunicação surpreenderam, inclusive a certos membros da equipe de formadores, inicialmente incrédulos, ou mesmo hostis à idéia: "porquê fabricar papel reciclado ou fazer xilogravuras quando falta tempo para as matérias técnicas úteis!". Quando se encontraram tentando fabricar papel reciclado, professores e alunos foram tomando consciência do significado de "fazer com as próprias mãos, conjuntamente". Também se deram conta das aptidões diferenciadas de uns e outros para o trabalho manual, o intelecto, a arte, a técnica ou o raciocínio. Aquilo representou um momento de humildade para alguns. Para outros, foi de revalorização e recuperação da dignidade e do sentimento de ser capaz, mas também útil para outros.

Pedagogia

Organização pedagógica

A alternância e a escolha dos ciclos (3 meses) e os horários (sexta-feira à noite e sábado) foram opções consideradas válidas. Sendo uma formação contínua de agricultores em atividade ou de mães de família que habitam em diversos municípios, o que significa um tempo de deslocamento que varia de 30 min. a 3 horas, esta é a melhor fórmula, apesar dos seus problemas.

Todos reconhecem que a qualidade logística e humana do acolhimento e a alimentação assegurada pela equipe de membros permanentes da Escola Técnica Agrícola de Sumé e pela sua incansável e sorridente diretora, têm sido muito importantes para o sucesso da experiência.

Poderiam haver melhorias a nível logístico, se os meios necessários fossem mobilizados.

Um dispositivo de apoio em termos de transporte mais adaptado reduziria o tempo de deslocamento e o cansaço, tanto dos estudantes, como dos professores, o que facilitaria as visitas a campo. Também poderiam ser melhoradas as condições do alojamento.

Os membros da equipe pedagógica declararam-se muito impressionados pela motivação dos estudantes que, pela sua parte ressaltaram a disponibilidade e o entusiasmo comunicativo dos formadores.

Os resultados se apoiam, em parte, nas qualidades humanas de uns e outros, estimulados pelas necessidades extremas dos participantes e pelos desafios apresentados pela região que motivaram mutuamente formandos e formadores. Mas as qualidades e as motivações dos homens e das mulheres somente conseguem se expressar plenamente se existe um método, uma orientação, uma linha pedagógica e do trabalho. Esta é talvez a principal lição "pedagógica" da experiência Unicampo no Cariri.

O método pedagógico

Os princípios pedagógicos básicos são definidos pela Carta.

- Os conteúdos são adaptados (ou readaptados) em função do tipo de contexto de público e de demanda específicos.
- A observação da realidade e a base de partida da reflexão teórica.

A equipe soube criar um ambiente humano e institucional favorável à aprendizagem e mobilizar técnicas de comunicações capazes de valorizar a produção de conhecimento, tornando-a um processo coletivo e dinâmico. Os agricultores (e certos professores) passaram da comunicação linear (emissor --> canal --> receptor) típica da vulgarização ou da formação técnica (Shannon e Weaver 1949; Freire, 1978) para processos de comunicação próximos daqueles definidos por Bauer (1964) "transação entre várias partes que esperam dar e receber de maneira equilibrada".

Mas, para além da troca, houve igualmente criação e produção de novas informações, portanto de conhecimentos cruzados ou compartilhados.

De acordo com Peirce (1984), a comunicação é um processo dinâmico que aumenta a precisão das mensagens (semiótica). Para Kincaid "a comunicação é um processo em qual os atores criam e compartilham informação entre si de maneira a atingir um nível de compreensão recíproco que pode ser representado como a interseção das compreensões mútuas de dois indivíduos". [Citação??]

A noção de informação faz referência simultaneamente ao conhecimento e à comunicação. Podemos associá-la a "um processo de tipo emissão-percepção de uma diferença que produz um conhecimento, um saber ou uma ação que somente têm sentido em relação a um ambiente dado e um estado específico". (Bateson, 1987) É esta diferença, às vezes ínfima, de qualidade ou conteúdo da mensagem, que qualifica o processo de informação e a sua aplicação.²

Esta reflexão "teórica" da equipe traduziu-se num esforço pedagógico constante para multiplicar, qualificar, cruzar os processos de aprendizagem, considerados ciclos permanentes de criação-análise e circulação da informação (Piaget, 1969; Le Moigne, 1990).

A preparação pedagógica coletiva foi determinante em termos de reflexão metodológica, ainda que às vezes tenha sido considerado como insuficiente para sistematização dos cursos, sobretudo dos conteúdos novos numa linguagem diferente daquela da Universidade clássica. A realização dos cursos, os trabalhos práticos e as visitas por binômios de formadores (professor + monitor ou 2 professores) foi um processo julgado trabalhoso mas muito positivo, assim como o acompanhamento pedagógico permanente e o retorno dado aos formadores sobre os seus cursos, assegurados pela coordenadora pedagógica.

² Le Moigne (1990) lembra que "a ação é informação e que toda informação é produto da ação".

De fato, a existência de uma parte de improvisação garantiu a liberdade, a criatividade e a flexibilidade, associados ao domínio de alguns princípios e conteúdos de base (discutidos e preparados durante longas reuniões durante 5 meses), talvez (e felizmente) ainda pouco sistematizados em forma de cursos formais, bem “redondos” e demasiado volumosos.

Esta preparação conjunta fez de nascer uma confiança e um respeito dos formadores entre si e para com os estudantes, criando um ambiente que permitiu enfrentar os problemas e debater das contradições. A angústia do erro ou da falha na frente de um público desconhecido e talvez mais difícil que os jovens estudantes da universidade clássica, o sentimento de maior responsabilidade diante de responsáveis de OA e de militantes escolhidos e enviados pelas suas instituições, tudo concorreu para que os formadores se superassem. A improvisação, devida às vezes à falta de tempo para preparar um conteúdo detalhado numa linguagem adaptada, permitiu esta criatividade pedagógica associada à liberação da intuição, do sentimento humano (confiança, responsabilidade, reciprocidade). Todos os formadores tiveram o sentimento compartilhado de ter aprendido com os alunos e de ter recebido muito deles.

4.2. Primeiros resultados, impactos e lições

Resultados metodológicos e pedagógicos

Diferentes formas e processos de aprendizagens:

Os cursos em sala de aula, mesmo "participativos", abertos ao diálogo entre professores e alunos, como os seminários das universidades, dão lugar à processos bastante formalizados e codificados de aprendizagem essencialmente individual. As oficinas de artes plásticas são coletivas, como certos trabalhos práticos em laboratório na Universidade, mas há apenas um ou dois formadores. A aprendizagem é individual, mesmo se dá lugar a, e ao mesmo tempo, se beneficia de trocas e influências mútuas. De resto, a avaliação, formal ou não, é individualizada: a xilogravura de Livramento, o desenho de Cassiano.

A aprendizagem começa a ser recíproca, cruzada ou compartilhada, quando a produção torna-se coletiva durante o processo de formação ou de iniciação, como aconteceu no caso do jogo do Cariri, ou do texto coletivo do Cordel, etc.. É então quando há produção comum de um objeto, um texto, de um produto: instrumento ou método. Não é o coletivo que aprende (as organizações não têm memória), mas é o coletivo que cria, que produz. As condições de produção dos objetos e os conhecimentos ou os textos dependem desta natureza coletiva, ou seja da interação entre formadores e estudantes, entre estudantes e, igualmente, entre formadores. Tem mais que o agrupamento de competências ou de inteligências que se somam, há a busca de uma inteligência coletiva nova. É isto que dá os resultados e a natureza excepcionais de certos processos de formação que são baseados, precisamente, na qualidade das relações e dos valores humanos.

Co-produção de conhecimento, aprendizagem, conscientização coletiva

Do mesmo modo, e assim como acontece nos dispositivos de inovação em parceria (grupos de agricultores - experimentadores, seleção participativa de sementes, diagnósticos participativos e planificação ascendente, etc.), os cursos e oficinas da Universidade Camponesa do Cariri constituíram verdadeiras experiências de “co-construção” social de conhecimento: a realização do zoneamento do Cariri, a recuperação da história da agricultura da região, as políticas públicas, etc..

É neste nível do processo de aprendizagem ou de conhecimento compartilhado, que pode-se fazer a relação entre a pedagogia da Universidade Camponesa e os métodos de alfabetização, e depois de

desenvolvimento, “conscientizantes” do Paulo Freire. De fato, é fácil referir-se àquele que se tornou um ícone regional e internacional. É mais difícil aplicar os seus métodos e, sobretudo, adaptá-los e prolongá-los num contexto renovado e diferenciado.

Na Universidade Camponesa do Cariri, as escolhas (os lugares, as pessoas, a pedagogia, os conteúdos, os “palestrantes”, as palavras) não são não somente originais, são provocadoras. Podemos listar:

- No Brasil, a palavra camponês é considerada como obsoleta e fora de moda ou repelida por ser tabu e provocadora, sobretudo nos estados da Paraíba e de Pernambuco, que foram o berço das Ligas Camponesas dos anos 60, reprimidas pela ditadura
- A associação "universidade e camponês", num país onde a Universidade Federal, pública e gratuita, geralmente é frequentada por uma elite procedente dos colégios secundários privados
- A escolha de um campus avançado (criado para a ocasião) da UFCG numa escola técnica agrícola secundária, num município da região mais seca e mais pobre do Nordeste, administrada por um partido político conservador
- O fato os alunos seriam escolhidos pelas organizações locais de base, e não por os prefeitos
- O fato de não ter organizado uma grande festa de inauguração e outra de encerramento convidando, conforme o costume, toda a comunidade universitária (incluindo os que não têm relação nenhuma com a iniciativa e os pesquisadores e professores que ignoraram ou mesmo boicotaram o projeto) bastante corporativista
- A carta política da Unicampo Cariri, redigida pelos alunos e lida na cerimônia de encerramento na presença do Presidente da Câmara Municipal de Sumé, do Cirad e do reitor do UFCG, forte, direta, sincera, e comovedora, portanto provocante.
- O fato do representante do CIRAD abordar na cerimônia de encerramento do primeiro ciclo o problema do co-financiamento do projeto, que este devia se tornar autônomo
- O anúncio, feito pelos alunos, da constituição de uma associação, formada pelos participantes da Universidade Camponesa do Cariri, para montar projetos de educação camponesa

Temos então que certos atores, responsáveis políticos locais e dirigentes institucionais, começam a se questionar... e é neste sentido que haverá sensibilização, no espírito Paulo Freire e que esta Universidade, que hoje tem apenas o nome, se tornará verdadeiramente camponesa, ou seja dos camponeses.

Impactos do 1º Ciclo

Impactos locais

- Mobilização dos sindicatos e escolas da região do Cariri "quando contávamos sobre os nossos cursos aos nossos colegas e vizinhos, sentíamos a sede de saber chegar à boca e a líamos nos olhos deles como se lê a fome e as sede no Cariri".

- De acordo com os estudantes (todos agricultores), houve uma revalorização do estatuto de agricultor, via o qualificativo camponês, e re-apropriação de uma identidade coletiva camponesa.
- Mobilização em período pré-eleitoral (seja em oposição ou por meio de tentativas de recuperação) dos responsáveis políticos locais, prefeitos, deputados (tentativas de intimidação para poder indicar os alunos da próxima turma, chantagem para expulsar a diretora da escola técnica agrícola de Sumé, etc.).
- Mobilização do reitor do UFCG para assegurar a continuidade, audiência com o Ministro da Educação do Brasil para apresentação do projeto co-financiamento dos próximos ciclos...
- Pressões dos estudantes para que a Unicampo continue na região do Cariri (através de um segundo ciclo)

Organização de uma associação dos estudantes do Unicampo do Cariri

Esta associação tem por objetivo consolidar o grupo de alunos formados, institucionalizar a sua identidade, facilitar a construção da rede, mas também a formulação de projetos locais. Trata-se de poder coordenar propostas de aplicação dos estudantes e a negociação e preparação do segundo ciclo da Unicampo no Cariri.

Durante as sessões de avaliação, os educandos expressaram o sentimento de obrigação que eles sentem em relação aos compromissos que doravante têm em suas comunidades. Manifestaram também o desejo de desenvolver ações de educação nas escolas e nas comunidades, ações de desenvolvimento sustentável e de convivência com a seca, ações de promoção do artesanato. Nesta perspectiva, perceberam a necessidade da continuidade e ampliação das atividades do Projeto UniCampo, agora no sentido de proporcionar-lhes, e também a outros camponeses fixados no semi-árido brasileiro, instrumentais para assumir tarefas tais como elaboração de projetos, capacitação técnica em animação e em administração etc.

Ações previstas no quadro da associação dos alunos

- Ações de formação nas escolas rurais
 - Informação e alfabetização de conscientização de jovens e adultos
 - jogo do Cariri
 - artes plásticas e artesanato (papel reciclado)
 - informação sobre agricultura familiar e camponesa
- Montar projetos locais e intermunicipais de “convivência com a seca” ou “com o Cariri”.
 - Informação e sensibilização das organizações e comunidades camponesas e dos responsáveis políticos locais;
 - Bancos de sementes, barragens subterrâneas, cisternas, silagem, apicultura, etc.;
 - Dispositivo de experimentação e de demonstração.
- Projetos geradores de renda não agrícola
 - Papel reciclado, artesanato, construção de cisternas, etc..
 - Impressão de camisas e de outras roupas;
 - Xilogravura e edições de cordel.

Impacto regional e nacional

O Projeto MDA/Fida Dom Helder Camara propõe:

- co-financiar o segundo ciclo da Unicampo do Cariri e implantar [implantar o quê????]
- co-financiar 3 novos ciclos em regiões de reforma agrária (Afogados da Ingazeira (PE), Litoral Rio Grande do Norte e outras regiões de tradição camponesa: Araripe (PE) e Cariri do Ceará).

A temática "camponesa" está sendo retomada nos debates universitários no Brasil, para ser criticada, atacada, afirmada ou para propor uma re-leitura das características ou origens camponesas das agriculturas familiares

Lições e recomendações

Os trabalhos desenvolvidos ao longo da experiência do Projeto Unicampo convenceram os participantes de que, malgrado suas extremas vulnerabilidades ambientais, sociais, políticas e econômicas, o Cariri paraibano, como tantas outras paragens da região semi-árida mais populosa do Mundo, é um lugar prenhe de possibilidades de existência digna para os camponeses. Com efeito, os trabalhos demonstraram a capacidade coletiva de produção de conhecimentos para melhor se identificar estas potencialidades e valorizá-las num projeto de desenvolvimento sustentável.

Depois de dez finais de semana de formação pode-se considerar que os educandos modificaram profundamente a sua visão em relação às perspectivas de desenvolvimento sustentável, valorizando a força da sua identidade, as potencialidades dos recursos naturais e das experiências locais, percebendo o *local* como centro do processo de desenvolvimento. Aliás, um depoimento pungente de uma das alunas na solenidade de encerramento, registrado no vídeo produzido sobre a experiência, resumiu todo esse processo. Levantando-se da mesa redonda em que era uma das expositoras, terminou sua intervenção dizendo entre lágrimas: "Se eu fosse nascer dez vezes, eu queria nascer dez vezes caririzeira".

Por mais bem sucedida que a experiência piloto se nos afigure, seu escopo não é suficiente, entretanto, para desencadear um verdadeiro processo de desenvolvimento sustentável no semi-árido brasileiro.

E importante sublinhar a responsabilidade que incumbe às instituições que implementaram este primeiro ciclo da Unicampo, de assegurar um acompanhamento aos estudantes formados e uma continuidade ao projeto. Em relação aos atores vinculados ao projeto, a forma de continuidade mais importante certamente não é a de promover um segundo ciclo ou fazer um novo recrutamento. É prioritário assegurar o acompanhamento da primeira turma, apoiando os seus projetos individuais e coletivos e a associação, favorecendo a vida da rede.

E necessário que os educandos adquiram as técnicas, metodologias e práticas necessárias para que eles mesmos tornem-se *agentes de desenvolvimento sustentável*, movimento capaz de fazer com que eles se tornem sujeitos operacionais e ativos de suas histórias individuais e coletivas.

Mas o Projeto UniCampo deverá não apenas consolidar-se no Cariri, como também expandir sua área de atuação, levando os produtos e processos da Universidade Camponesa aos quatro cantos do semi-árido brasileiro.

43. Perspectivas

Assim, ao final da experiência piloto, a equipe do Projeto Unicampo tem três desafios a enfrentar:

- Acompanhar e monitorar os formandos no desempenho de suas novas tarefas de agentes de desenvolvimento sustentável, apoiando-os nas construções de projetos produtivos, transformadores da sociedade e suporte das capacitações em particular para desenvolver capacidades organizativas e de gestão (gerenciamento da unidade produtiva familiar, associativismo, cooperativismo e questões de organização social e mobilização política)
- Replicar o curso de extensão, uma vez que a experiência piloto suscitou um apelo muito forte no próprio Cariri, mas também em outras regiões, tanto no interior da Paraíba como em outros estados, no sentido da equipe pedagógica ser convocada para criar outras experiências nos moldes da Universidade Camponesa.
- Elaborar um projeto de curso superior pautado pelas necessidades e características dos camponeses do semi-árido, consolidando o propósito de fundação de uma universidade camponesa no Brasil.

Neste sentido, foram definidas três metas:

- A longo prazo o oferecimento de um curso de Bacharelado em *Engenharia do Desenvolvimento Sustentável* pela UFCG, com encaminhamento do projeto ao Conselho Nacional de Educação em novembro de 2004 (Cf. CEAD, 2004);
- A médio prazo, a replicação do curso de extensão, que deverá incluir entre o público-alvo professores do ensino básico (2º Semestre de 2004)³;
 - A curto prazo, a continuidade da formação da turma pioneira (a partir de abril de 2004). A preparação dos conteúdos do segundo módulo da Unicampo contará com um acompanhamento à campo das atividades e "necessidades" dos participantes do primeiro ciclo. Estão previstas duas reuniões por mês (e não quatro, como na experiência piloto): uma reunião geral que envolverá a equipe de formadores e o conjunto de educandos abordando temas gerais comuns aos projetos de desenvolvimento, temas teóricos voltados à elaboração do currículo do Bacharelado e oficinas de material didático e produção cultural; e uma reunião setorial em cada núcleo local, conduzida por tutores (alunos da primeira experiência e professores da região convidados), a qual congregará os educandos do núcleo e também todas as pessoas implicadas nos projetos nucleais. Estão previstas duas reuniões por mês (e não quatro, como na experiência piloto): uma reunião geral que envolverá a equipe de formadores e o conjunto de educandos abordando temas gerais comuns aos projetos de desenvolvimento, temas teóricos voltados à elaboração do currículo do Bacharelado e oficinas de material didático e produção cultural; e uma reunião setorial em cada núcleo local, conduzida por tutores (alunos da primeira experiência e professores da região convidados), a qual congregará

• ³ Nesta perspectiva o Laboratório Rural Nordeste e a UFPE (Recife) iniciarão, em fevereiro de 2004, um Curso de especialização em "Desenvolvimento Rural Territorial e Agricultura Familiar" (360 hs., curso de pós-graduação *lato sensu* [especialização]) que levou em consideração as necessidades específicas da formação de formadores para os diferentes ciclos e módulos da Universidade Camponesa com a abertura de uma quota para a formação de formadores. Trata-se originalmente, de responder a um pedido de formação profissional e de reciclagem por parte de profissionais que trabalham com temas como o desenvolvimento rural ou o apoio às agriculturas familiares (Anexo 5).

os educandos do núcleo e também todas as pessoas implicadas nos projetos nucleais. Estão previstas duas reuniões por mês (e não quatro, como na experiência piloto): uma reunião geral que envolverá a equipe de formadores e o conjunto de educandos abordando temas gerais comuns aos projetos de desenvolvimento, temas teóricos voltados à elaboração do currículo do Bacharelado e oficinas de material didático e produção cultural; e uma reunião setorial em cada núcleo local, conduzida por tutores (alunos da primeira experiência e professores da região convidados), a qual congregará os educandos do núcleo e também todas as pessoas implicadas nos projetos nucleais. Este acompanhamento deveria contribuir para fazer emergir, identificar e caracterizar as situações e as formas de aprendizagem mais favoráveis e mais adaptadas ao público alvo.

De maneira evidente, estes dois encontros não vão atender ao conjunto das necessidades de formação e, portanto, vai ser necessário pensar em um acompanhamento a distância, organizando o intercâmbio entre a equipe pedagógica e os educandos que deverá ser ampliada para responder melhor às necessidades cada vez mais diversificadas. Esse processo contará com o apoio da Coordenação de Ensino a Distância da UFCG, que irá desenvolver estratégias de acompanhamento baseadas nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Portanto, projetamos a continuidade da formação em termos semipresenciais

Por outro lado, quanto ao desafio de ampliar seu escopo para outras regiões e públicos, especialmente na replicação da experiência no segundo semestre de 2004, o investimento em educação a distância será bem mais enfático, embora estejam previstas ações presenciais. No que tange à difusão da experiência no Cariri paraibano, particularmente no oferecimento de cursos para os professores do ensino básico, a equipe pedagógica do Projeto UniCampo considera como estratégico o uso da tecnologia revolucionária oferecida pela TV Escola Digital Interativa (Cf. MEC, 2003), não apenas pela sua configuração institucional como "instrumento usado para a capacitação de professores do ensino básico" (Cf. Agência Brasil, 2003), mas sobretudo porque, como ressalta Frajmund (2003), suas "respostas flexíveis e personalizadas" fazem com que o processo pedagógico a distância preserve a máxima de que "a educação é uma via de duas mãos", princípio filosófico fundamental do Projeto UniCampo herdado do mestre Paulo Freire.

Estas metas requerem três tipos de investimento:

- Consolidar os conteúdos acadêmicos associando mais estritamente pesquisa/extensão/ensino para dotar os formandos das capacidades de agentes de desenvolvimento sustentável.
- Avaliar num processo contínuo a pertinência dos trabalhos e o impacto real que a Unicampo tem nos processos de mudanças e de desenvolvimento, para adaptar cada vez mais os seus conteúdos e métodos.
- Acompanhar e registrar a experiência para produzir referências acadêmicas, teóricas e metodológicas numa perspectiva de debate e de extensão, em particular para responder a demanda em relação à educação popular em vista a elaboração participativa do currículo do Bacharelado e dos materiais didáticos para a replicação do curso de extensão.

6. Conclusão

O projeto Unicampo já mostrou os seus efeitos. Enquanto experiência-piloto gerou um potencial criador e pleno de iniciativas em seus educandos. Estes, como sujeitos ativos de suas histórias, desejam e solicitam a continuidade desta experiência que revela uma forte tendência de consolidar-se enquanto uma iniciativa que extrapola o nível da extensão, mas tende a caracterizar-se cada vez mais como uma fórmula nova e original de fomentar a educação.

O ciclo experimental da Universidade Camponesa na Paraíba provocou ele mesmo diversas propostas de extensão e de reprodução na região do Nordeste. O impacto local deve traduzir-se em ações coletivas nos oito municípios de origem dos primeiros participantes.

As propostas de extensão da experiência provêm de diversos parceiros:

- O MDA-SRA Projeto Dom Helder Camara, propõe co-financiar o segundo ciclo da Universidade Camponesa no Cariri (Sumé-PB) e três novas implantações em zonas de assentamentos de reforma agrária do Nordeste (Ceará, Pernambuco).
- O projeto Crédito fundiário do mesmo MDA-SRA propõe fazer uma avaliação e multiplicar a experiência na Paraíba, em Pernambuco e Rio Grande do Norte.
- A FAO e o MESA desejam desenvolver as experiências da Escola Rural de Massaroca (BA) e a Universidade Camponesa no projeto-piloto Fome Zero do Piauí. Ao nível ensino básico no meio rural, a valorização pedagógica e institucional da experiência (de 8 anos) da Escola Rural de Massaroca (município de Juazeiro - BA), da qual o CIRAD é um dos organismos fundadores, oferece uma oportunidade de reflexão e de experimentação que deveria ser associada à Universidade. Este tipo de iniciativa, como as Escolas Família Agrícola (EFAs), aparece cada vez mais como um modelo daquilo que poderia ser uma educação escolar para os jovens rurais procedentes da agricultura camponesa ou familiar.
- O novo projeto BID-SEBRAE-CONTAG-FLS “Apoio às localidades rurais: desenvolvimento territorial e estratégias de inovação”, que deve constituir o eixo principal da intervenção do Cirad no Estado de Santa Catarina e o Sul em geral, será consagrado essencialmente à realização de ações de formação de agricultores organizados. Ele reivindica os mesmos princípios de formação permanente "aprendendo fazendo" que a Universidade Camponesa: abordagem territorial, gestão dos conhecimentos, articulação dos conhecimentos locais e científicos, aprendizagem coletiva, dispositivos coletivos de inovação em parceria. Independentemente das demandas das organizações de agricultores do Paraná, uma relação estreita entre os dois projetos é recomendável.

As reflexões e os constantes debates da equipe pioneira desta iniciativa concluiu que se faz necessária a utilização de novas e potentes ferramentas que garantam a continuidade da experiência. Tais reflexões continuam perseguindo a originalidade: pensa-se num modelo educativo que seja condizente com a realidade de seus potenciais educandos. Neste sentido, nenhum dos modelos vigentes parece responder a esta realidade específica. E, assim, criar a partir de uma experiência bem sucedida parece ser a saída.

A educação à distância surge como um potencial extremamente profícuo às novas realizações que se pretende obter com este projeto. Ela oferece aos nossos objetivos atuais a possibilidade de multiplicação da experiência pioneira, bem como uma maior autonomia por parte dos monitores locais na realização de seus trabalhos.

Perseguindo os princípios já delineados pelo Projeto Unicampo, as experiências multiplicadoras poderão se efetivar de maneira singular em cada cidade ou região na qual o Projeto se instale. O campo está aberto para e valorizar os acervos. No caso da Universidade Camponesa no Brasil, como não pensar nas possibilidades de valorização, via os nossos parceiros brasileiros, em outros países na América Latina (IICA) ou na África lusófona, como propõem o MDA e a Embrapa. Esta parece ser uma oportunidade ímpar de fazer eclodir, em diversos lugares e em momentos sincrônicos, a Universidade Camponesa...

Bibliografia

- AGÊNCIA BRASIL. *Primeira TV Digital do Brasil vai promover inclusão social, educação e democratização da informação*.
www.radiobras.gov.br/centro%20imprensa/tv_digital_231203/mat_tvdigital.php.
- ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander (orgs.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre, Editora Universitária / UFRGS, 1996.
- Barus-Michel, J. 1987. Le sujet social: étude de Psychologie Sociale Clinique. Paris, Dunod.
- Bateson, G. 1980. Vers une écologie de l'esprit. Seuil, Paris
- Bauer, R.A. 1964. The obstinate audience: the influence process from the point of view of social communication. In: American Psychologist, 19:319-328.
- BAZIN, Frédéric. *Plano de desenvolvimento sustentável do Cariri paraibano*. Campinas, MDA/FAO, 2003.
- Braudel, F. 1986. L'identité de la France, Tome 3 Les Hommes et les Choses. Arthaud Flammarion, Paris, 447p.
- BRÜSEKE, Franz Josef. "O problema do desenvolvimento sustentável", in CAVALCANTI, C. (org), *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Rio de Janeiro, Cortez, 1995.
- CANIELLO, Márcio de Matos *O "território" do Cariri Ocidental Paraibano*. Relatório de pesquisa. Recife, Projeto Dom Hélder Câmara, 2001.
- CANIELLO, Márcio de Matos. "De sertanejo a retirante: os dilemas da identidade camponesa em A Bagaceira", in *Modernidade e pobreza: as ciências sociais dos anos 90 (Anais do V Encontro de Cientistas Sociais do Nordeste)*. Recife, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, 1991.
- CANIELLO, Márcio de Matos; TONNEAU, Jean-Philippe; LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida; LIMA, Josafá Paulino de. *Projeto UniCampo: pela universidade camponesa*. Campina Grande, UFCG, 2003, dat.
- Caron, P., Guis R., Van Vliet, G. 2003. Dispositifs du département Tera au Brésil- Mission de la Direction du Département du 17 au 23 mars 2003 Montpellier, Cirad Tera
- Castoriadis, C. 1975. L'Institution Imaginaire da la Société. Paris, Éditions du Seuil.
- CEAD. *Plano de Atividades 2004*. Campina Grande, UFCG/Coordenação de Educação a Distância, 2004, dat.
- Chohin, A. ; Ducrot, R., Tonneau, J. P. ; Barros E. da R. 2003 Gestion des périmètres irrigués et formation La tarification de l'eau à la CODEVASF Atelier de conception 3-28 octobre 2003 Montpellier, Cirad, Rapport Cirad Tera 48/2003, 30p. - Projet "Action de valorisation des résultats de recherche sur les réformes de tarification de l'eau dans le périmètre irrigué de Maniçoba dans le Nordeste au Brésil" PCSI (Ird ; Cirad ; Cemagref, Codevasf).
- Cirad Tera, APM 2001. L'université Paysanne Africaine. APM, 8 p.
- COHEN, Marianne & DUQUE, Ghislaine. *Les deux visages du Sertão: stratégies paysannes face aux sécheresses (Nordeste, Brésil)*. Paris, Éditions de l'IRD, 2001.
- Darré, J.P. 1986 La production de connaissance dans les groupes locaux d'agriculteurs. In: Agriscope 7: 24-36, ESA, Angers.
- DINIZ, Paulo Cesar Oliveira. *Ação coletiva e convivência com o semi-árido: a experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano*. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, PPGS, 2002.
- DUQUE, Ghislaine (org.). *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2002.
- FLS/Contag-Sebrae. 2003. Projeto de Fortalecimento de Localidades Rurais Desenvolvimento Territorial e Estratégias Inovadoras. Brasília, FLS-Contag, 35 p.
- FRAJMUND, Jean-Claude. *TV Escola Digital Interativa – um novo espaço de aprendizagem*. http://osi.unesco.org.br/arquivos/documentos/art_jeanclaude.pdf.

- Freire Paulo. Pédagogie des opprimés.
- Freire, Paulo. Communication et extension
- Freire, Paulo. Education , pratique de la liberté.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 13ª edição. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1975.
- GADOTTI, Moacir. “Educação e Ordem Classista” (Prefácio), in. FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 14ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- LAZARETTI, Miguel Ângelo. *Processos de ação coletiva e organização dos trabalhadores rurais: o caso do Assentamento Massangana III – Cruz do Espírito Santo/PB*. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, PPGS, 2000.
- Le Moigne J.L. 1990. La modélisation des systèmes complexes, Dunod, Paris, 102p.
- Levi-Strauss, C. 1962. La pensée sauvage, Plon, Paris.
- MEC. *O Brasil está assistindo a uma revolução na Educação a Distância*. www.mec.gov.br/tvdigital/pdf/tvdigital.pdf.
- PASCHOAL, Adilson D. “Modelos sustentáveis de agricultura”, *Agricultura Sustentável*. Vol. 2, n.1, jan/jun, 1995. Jaguariúna, EMBRAPA/CNPMA.
- Peirce, C.S. 1984. Textes anticartésiens, Aubier, Paris
- Piaget, J. 1969. Seis estudos de psicologia, Rio de Janeiro, Ed. Forense.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo, FAPESP/Anna Blume, 1998).
- Sabourin E 2003. Agricultures familiales, développement territorial et renouvellement des politiques publiques au Brésil. Rapport de mission, Montpellier, Tera 35/2003.
- SABOURIN, Eric. “As estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semi-árido”, *Antropolítica, n° 9*. Rio de Janeiro, UFF, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ª edição. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.
- Tonneau J P, Silva P C G da, Vieira C W, Menezes E A, Gaviria L. 2003 “Desenvolvimento Territorial e Convivência com o Semi-Árido Brasileiro” - Experiências de Aprendizagem. Embrapa, FAO, FAGRO, Cirad, Anais do Seminário, Petrolina, Embrapa Semi-árido, 30 setembro de 2003, pp
- Tonneau J P, Silva P C G da. 2003. Avaliação do projeto "Capacitação participativa de Agricultores Brasileiros de Algodão" (Projeto FAO : TCP/BRA/8924), Petrolina, Embrapa Semi-árido, Fagro, Brasília FAO Brasil, pp ?
- Tonneau J.P. 1996. La Notion de Projet: Le cas de Massaroca au Brésil. In: XIV^{em} Symposium International sur les Systèmes Agricoles Durables, AFSR/E, Colombo, Sri Lanka, 11-16 nov. 1996,. 10p.
- TONNEAU, Jean-Philippe. *Politiques publiques et appuis institutionnels aux agricultures familiales: quelques éléments pour un programme de recherche a partir du projet Paraíba de l'ASPTA*. Campina Grande, dat., 2002.
- Tonneau, JP 2003. Rapport d'activités 2003, Montpellier, Cirad Tera, 15p.
- UFCG - Projeto UNICAMPO. 2003. Diagnóstico e zoneamento da região do Cariri. Universidade Camponesa, Sumé, UFCG, Campina Grande, 15 p et annexes
- UFCG - UFPE – Cirad, 2003. Universidade Camponesa no Cariri : O projeto Unicampo, curso local de desenvolvimento sustentável. UFCG, Campina Grande, 30p.
- Universidade Camponesa no Brasil, Comité Executivo (2003) Carta Magna do projeto Universidade Camponesa no Brasil, Campina Grande, UFCG, UFPE, CIRAD, 9p
- UPAFA. *Cycle international de formation par alternance*. Dakar, APM Afrique, s/d.
- Weid (von der) J.M., Delgado N. G., Romano J. G., Silveira L. M., Pereira N.A., Santos N., Gertrudes L. F., Pereira D. F., Diniz P. O. , Tonneau J. P. , Duque G. 2003. “Políticas públicas para o

desenvolvimento sustentável da agricultura familiar - Relatório final da pesquisa em Lagoa Seca – Paraíba. ASPTA, UFCG, STR Lagoa Seca, Cirad (projeto CNPq). Rio de Janeiro, pp. 103.

Annexes

- **A1. L'UPAFA**
- **A2. Charte de l'Université Paysanne au Brésil**
- **A3. Extrait du Projet Technique UNICAMPO**
- **A4. Fiche Formation Cirad Université Paysanne/Brésil**
- **A5. Plan du cours de spécialisation « Développement Rural et Agriculture Familiale » Laboratoire Rural Nordeste –UFPE Récife.**

ANEXOS

A1 – A UPAFA

A2 – Carta Magna da Universidade Camponesa

A3 – Extrato do Projeto Técnico UNICAMPO

A4 – Ficha: Formação. Cirad/Universidade Camponesa/Brasil

A5 – Apresentação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar – Laboratório Rural Nordeste – UFPE.

Anexo 1:

UPAFA - L' UNIVERSITE PAYSANNE AFRICAINE (African Farmers' Academy)

1. Antecedentes

Criada oficialmente em 1995, a rede Agricultura Camponesa e Modernização/APM - África agrupa responsáveis campesinos de vários países da África e pessoas que pertencem à ONG, instituições de investigação, contratadas no apoio às organizações camponesas. Desde o seu início, a rede centrou uma grande parte dos seus esforços e das suas atividades na melhoria do acesso dos camponeses à informação e na formação dos responsáveis de organizações camponesas.

As diversas ações desenvolvidas permitiram tornar mais precisa a demanda dos grupos nacionais da rede APM - África e desembocaram sobretudo na implementação de um programa de formação dos responsáveis de organizações de vocação mais ampla: a Universidade Camponesa Africana (UPAFA). Vários fatores concorreram para reforçar este instrumento de formação.

1.1. Um contexto em mutação

Desde há uma quinzena de anos, profundas mutações afetaram o contexto da produção agrícola:

- * mudanças a nível nacional introduzidas pelos programas de ajuste estrutural e que foram acompanhados da retirada do Estado de várias das suas funções de apoio à agricultura;
- * liberalização rápida dos mercados internacionais, cujo resultado foi a instauração da OMC;
- * globalização das condições de produção e de intercâmbio;
- * a formação de blocos económicos regionais.

Estas mudanças macro-econômicas foram acompanhadas por evoluções institucionais importantes: houve uma reorganização dos serviços agrícolas, a descentralização administrativa, a abertura democrática, a revisão das legislações fundiárias, etc..

1.2. Dois desafios

Em consequência, as agriculturas familiares são confrontadas com um ambiente que tem se tornado mais complexo, mais instável e mais concorrencial; aquilo se reflete nas organizações camponesas que devem enfrentar dois desafios principais:

- * compreender as evoluções que aconteceram a fim de identificar os novos desafios e poder construir estratégias adaptadas;
- * encontrar respostas que lhes permitam fazer recuar os limitantes crescentes aos quais são confrontados os agricultores e valorizar as oportunidades que lhes são oferecidas.

1.3. Uma forte demanda de informação e formação

A rapidez das mudanças ocorridas, a sua complexidade e a sua amplitude, explicam que, em muitos casos, as organizações camponesas tiveram dificuldades em se posicionar perante o novo contexto e a construir estratégias de ação que sejam compatíveis com as esperanças e os interesses dos seus membros. É assim que na rede APM - África, os responsáveis campesinos expressaram as demandas das suas organizações no que diz respeito a um maior acesso à informação e a formações adaptadas e

aprofundadas, o que lhes permitiria reforçar as capacidades de análise, de proposta, de negociação e de ação que lhes são indispensáveis.

2. Apresentação da UPFA

2.1. Uma formação que complementa outras iniciativas

A Universidade Camponesa não pretende responder ao conjunto das demandas de formação colocadas pelas organizações camponesas. Sabendo que existe já uma oferta de formações importante e variada na África sub-saariana, a rede a APM - África instaurou um instrumento de formação perene que complementa a oferta existente:

- * que pretende atender, de maneira privilegiada, os responsáveis de organizações federativas de nível regional ou nacional (organizações setoriais ou territoriais);
- * que privilegia conteúdos até agora pouco abordados pelas formações propostas às pessoas do meio rural;
- * criando as condições para a realização de uma formação internacional, aberta a camponeses de vários países da África de língua francesa e inglesa, para que os interessados possam ter uma experiência direta do caráter geral das evoluções que estão acontecendo;
- * oferecendo uma formação adaptada e aprofundada cuja vocação será perpetuar-se, mas sempre se adaptando em função das evoluções constatadas no contexto e nas sociedades rurais.

2.2. Os beneficiários da formação

A Universidade Camponesa Africana desenvolve, em diversas modalidades definidas mais adiante, programas de formação atendendo principalmente os seguintes públicos:

- * responsáveis camponeses que exercem atualmente funções em organizações federativas (locais, regionais e nacionais) nos diferentes países africanos;
- * jovens camponeses, responsáveis de "segunda geração", exercendo responsabilidades em organizações camponesas, a fim de aumentar o número de responsáveis formados e reforçar a articulação entre os líderes e a sua base.

3. Os objetivos da UPFA

3.1. Os objetivos gerais

Através da formação de responsáveis de organizações camponesas, a Universidade Camponesa busca atingir os seguintes objetivos gerais:

- * contribuir para a melhoria das condições de inserção dos produtores no mercado e na sociedade global;
- * aumentar a sua participação na definição das políticas e dos programas de desenvolvimento referidos ao campesinato;
- * reforçar as solidariedades regionais e continentais entre camponeses africanos.

3.2. Objetivos operacionais

A UPFA tem quatro objetivos operacionais:

- * permitir aos responsáveis de organizações camponesas ter uma melhor compreensão das mutações do contexto internacional, regional e nacional, e as repercussões concretas que estas mutações têm

sobre as agriculturas familiares, sobre as condições de produção e existência da população rural, bem como sobre as perspectivas que são oferecidas;

- * permitir que os responsáveis de organizações organizem a construção de estratégias e de programas de trabalho de curto, médio e longo prazo, adaptados aos desejos dos rurais e aos desafios aos quais são confrontados. Estas estratégias e programas incluem sobretudo:
 - a construção de objetivos e eixos de trabalho “estruturantes” nos setores econômicos e sociais, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, e a tradução destes em termos operacionais;
 - a formulação de propostas relativas à reorganização dos serviços de apoio à agricultura e à sua gestão;
 - a formulação de propostas relativas às políticas e programas de desenvolvimento (setoriais ou territoriais) promovidos pelos poderes públicos nas escalas local (autarquias locais), regional e nacional;
- * contribuir para o reforço das capacidades dos agricultores de negociação junto aos outros atores econômicos (setor privado comercial), institucionais (organismos de apoio à agricultura) e com o Estado;
- * favorecer a emergência de novos líderes camponeses, sobretudo de mulheres e jovens, capazes de organizar e conduzir a reflexão/ação nas organizações locais, regionais e nacionais, de estabelecer relações contratuais com os parceiros e de situar a sua ação numa perspectiva de longo prazo.

4. Os tipos de formação

As formações propostas pela Universidade Camponesa são de três tipos:

- Um ciclo internacional, destinado a responsáveis camponeses de vários países da África de língua francesa e inglesa (1); tem uma duração de dois anos e é composto de seis módulos de uma duração de 12 a 16 dias, segundo o caso. Trata-se por conseguinte de uma formação longa, realizada em alternância, e para a qual são mobilizados formadores africanos e estrangeiros especializados no tema de cada um dos módulos.
- Os módulos de formação do ciclo internacional serão retomados, conforme a demanda, no nível nacional. Os objetivos operacionais e os conteúdos serão adaptados a diversas situações e às demandas colocadas. A fim de facilitar estas adaptações, sessões de formação destinadas aos formadores nacionais serão organizadas ao escalão subregional (África Ocidental, África Central, África do Leste e do Sul). Os formadores nacionais serão designados nos países referidos em função das suas competências específicas em um ou vários dos temas que são objeto dos módulos.
- Formações específicas, por encomenda, de duração variável, poderão ser organizadas na escala continental, subregional ou nacional. Estas poderão ter o formato de sessões centradas num tema específico relativo, por exemplo, a uma cadeia produtiva. Mas também poderão ser formações mais transversais nos campos econômico ou metodológico, ou ainda sobre perguntas específicas (o financiamento do desenvolvimento local) ou mais gerais (a comunicação nas organizações camponesas, a abordagem em termos de tipo, etc.). Estas sessões agruparão então responsáveis camponeses dos diferentes países que colocaram a demanda.

A Universidade Camponesa poderá igualmente ajudar na elaboração e na implementação de programas de formação específicos para organizações camponesas de um país, desde que estas façam o pedido, sobre temas da sua competência.

Anexo 2:

CARTA MAGNA DO PROJETO UNIVERSIDADE CAMPONESA NO BRASIL

Justificativa

Até bem recentemente, o Brasil adotava uma estratégia de desenvolvimento rural voltada quase exclusivamente para o fomento da agropecuária empresarial, tendo como meta principal a maximização da produtividade nesse setor. Embora tenha apresentado resultados importantes, como o significativo aumento da produção agropecuária nacional e sua influência decisiva nos superávits da balança comercial nos últimos anos, essa estratégia resultou praticamente inócua no que se refere à solução dos problemas sociais que caracterizam o meio rural brasileiro, particularmente a concentração fundiária e a falta de emprego e renda que expulsam o trabalhador do campo. Por isso, essa estratégia foi batizada de "modernização conservadora".

Os dilemas sociais, econômicos e ecológicos da modernização conservadora há muito têm sido denunciados na discussão sobre o desenvolvimento rural brasileiro, debate que se intensificou com a emergência dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil no Brasil após o fim do regime militar. Esse debate levou a pelo menos um consenso entre estudiosos, atores sociais e governo: a importância crucial da chamada "agricultura familiar" para o desenvolvimento rural, especialmente em virtude do seu extraordinário potencial na geração e manutenção de emprego e renda no campo.

A partir de 1993, o governo brasileiro optou pelo desenvolvimento de uma política dual: por um lado, o Ministério da Agricultura mantém como seu objetivo principal fomentar a competitividade do setor comercial da atividade, notadamente das empresas e, por outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tornou-se oficialmente encarregado pela promoção da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura familiar.

O reconhecimento da agricultura familiar foi um passo muito importante no quadro do desenvolvimento rural brasileiro, principalmente porque levou à criação de políticas públicas específicas voltadas para ela, com destaque para o PRONAF. Entretanto, a análise do desempenho desse programa revela tantos paradoxos que um pesquisador demonstrou recentemente que, malgrado seu grande potencial para o fomento da agricultura familiar, a implementação do PRONAF revelou-se desigual e excludente (Cf. Aquino, 2003: 33). Para se ter uma idéia desses paradoxos, basta dizer que, até o ano de 2002, 78,4% dos créditos foram destinados para agricultores familiares das Regiões Sul e Sudeste, onde estão situados 34,8% dos potenciais beneficiários do Programa, enquanto para a Região Nordeste, que concentra 52% dos beneficiários potenciais (1.983.950 estabelecimentos), foram destinados apenas 13,7% dos créditos (Cf. Aquino,

2003: 23 e 31). Isto é, o PRONAF tem privilegiado exatamente a camada de produtores familiares mais organizados e capitalizados, deixando de fora a grande massa de camponeses nordestinos, já tão penalizados pelas inúmeras vulnerabilidades que caracterizam historicamente a região.

Sem entrarmos no mérito dos vieses que caracterizam o PRONAF como política pública, mas considerando que os agricultores familiares das regiões mais desenvolvidas têm um nível de organização social e política mais consolidado e um melhor acesso à educação e à informação, chega-se à conclusão de que, para além desses vieses, uma das principais causas da exclusão dos agricultores familiares nordestinos do Programa é que grande parte deles e de suas lideranças têm tido pouco acesso a informações e conhecimentos, principalmente ao nível de base, dificultando sua capacidade de interferir no processo de definição e implementação de políticas e ações públicas em favor do desenvolvimento rural sustentável. Um indicador importante disso é a "prefeiturização" da grande maioria dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural no Nordeste, nos quais a participação da sociedade civil é fortemente submetida pelo poder público, que impõe sua hegemonia na composição, no controle e nas decisões (Cf. Andrade, 2002).

Por outro lado, há grandes dificuldades em se difundir e analisar as muitas experiências bem sucedidas de desenvolvimento promovidas pelos movimentos sociais e organizações civis da região, pois as instituições públicas, como as universidades e os institutos de pesquisa, mantêm-se distantes da população. Isso acaba por inviabilizar a interação que deveria ocorrer entre a comunidade técnico-científica e a população rural, o que promoveria uma importante troca de saber e conhecimento na construção de estratégias realmente sustentáveis para o desenvolvimento rural.

Portanto, embora atualmente haja políticas e ações públicas e de organizações civis voltadas para o fomento da agricultura familiar no Brasil, a disseminação dessas iniciativas entre os principais interessados é bloqueada em virtude, fundamentalmente, da falta de um espaço de interação e de troca de conhecimentos entre os agricultores familiares e suas lideranças com cientistas, professores, técnicos, organizações, instituições e demais agentes devotados à reflexão, à elaboração e à implementação de políticas e ações para o desenvolvimento rural sustentável.

É para cobrir essa lacuna que se propõe a criação da Universidade Camponesa como um espaço aglutinador no qual, partindo-se de uma perspectiva radicalmente participativa e, utilizando-se de metodologias francamente interativas, seja desenvolvido um processo de formação inovador e eficaz que venha a prover esses atores sociais do "capital cultural" necessário para que eles se tornem, efetivamente, agentes do seu próprio destino.

Uma Universidade Camponesa

A Universidade Camponesa pode ser definida como um *movimento* pela construção de um processo pedagógico destinado a proporcionar formação e informação aos diversos atores sociais envolvidos na agricultura familiar - pequenos produtores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, lideranças das organizações representativas, técnicos de instituições e de ONG's de apoio, agentes de desenvolvimento etc.

Seu objetivo precípua é o desenvolvimento dos recursos humanos e do capital social da Agricultura Familiar brasileira por intermédio do oferecimento de cursos de nível superior devotados a estimular o potencial reflexivo, criativo, organizativo e técnico desses atores, de maneira que eles possam responder ativa e criticamente às necessidades políticas, técnicas e institucionais da agricultura familiar na sua diversidade.

A ambição e o desafio da Universidade Camponesa é se constituir num fórum para a elaboração de um verdadeiro projeto de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil, partindo da interação entre as perspectivas e projetos dos agricultores familiares e de suas organizações com o arcabouço teórico-analítico das disciplinas universitárias.

Nesta perspectiva, a Universidade Camponesa tem como ambição desenvolver uma verdadeira educação para o desenvolvimento. Entendemos que a educação para o desenvolvimento não se limita à capacitação técnica ou à educação de base.

Em primeiro lugar, a educação deve favorecer a reflexão sobre o subdesenvolvimento. Os atores sócios não podem ficar ausentes do debate político, no sentido da administração da cidade. Não se pode falar e agir contra o subdesenvolvimento sem analisar e trabalhar as causas da pobreza.

Em segundo, a educação para o desenvolvimento deve contribuir e participar de reflexão sobre projeto coletivo, projetos de associação, projetos de cadeia produtiva, projeto municipal, projeto territorial. Isso passa por exercícios de diagnóstico, de prognóstico e de elaboração de projetos

Em terceiro lugar, a educação para o desenvolvimento acompanha e fortalece as experimentações sociais pela capacitação técnica e de gestão. O objetivo é :

- Desenvolver os saberes e os saber fazer necessários à implementação dos projetos tanto em termo técnicos como administrativos.
- Preparar a difusão das experiências pela formação de rede de produtores capazes de multiplicar o trabalho.

Os Objetivos da Universidade Camponesa

- Desenvolver o "capital cultural" dos atores sociais engajados na agricultura familiar
- Capacitar esses atores em tecnologias apropriadas, técnicas de gestão e estratégias de organização social;
- Promover a interação participativa entre os atores sociais envolvidos na agricultura familiar e a comunidade técnico-científica;
- Constituir-se num fórum permanente de reflexão participativa, interativa e crítica sobre os processos de desenvolvimento no Brasil e as políticas públicas a eles relacionadas;
- Constituir-se num meio de difusão de políticas públicas e de ações as mais diversas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

Os Princípios da Universidade Camponesa

A Universidade Camponesa tem como compromisso primordial contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, promovendo uma agricultura familiar autônoma através do cultivo de um "capital cultural" que articule, por um lado, o resgate do *ethos camponês* entendido como base da identidade, fonte da auto-estima e vetor da autodeterminação dos agricultores familiares, e, por outro lado, uma formação voltada para as necessidades e interesses desses atores sociais por intermédio da difusão e crítica da informação sobre políticas e ações devotadas ao fomento da agricultura familiar e do debate sobre processos produtivos, organizativos e de gestão apropriados às suas peculiaridades culturais, sociais, políticas, econômicas e ambientais.

Nesse sentido, o primeiro princípio norteador da Universidade Camponesa é o fomento de um modelo de desenvolvimento baseado nos preceitos da sustentabilidade, isto é, uma estratégia para a promoção da melhoria de vida das populações atuais pautada pela reflexão sobre as gerações futuras, em que estão concatenados desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano e responsabilidade ambiental.

O segundo princípio norteador da Universidade Camponesa é a consideração dos agricultores familiares como portadores de uma identidade própria, definida por uma cultura e um modo de vida "camponês" que colocam a produção de bens ao serviço do projeto social. Daí, sua "marginalidade" histórica num sistema econômico cuja hegemonia pontua para a maximização do lucro, a ampliação do consumo e a mercantilização da terra e do trabalho. Assim, é necessário oferecer a esses atores sociais elementos para o resgate de sua identidade cultural como uma estratégia para desenvolver a auto-estima e autodeterminação necessárias para que eles, preservando seu modo de vida e ideologia, possam manter relações mais positivas com o sistema econômico hegemônico.

A forma de articular esses dois princípios básicos no processo de formação é *subsidiar* a noção de agricultura familiar, desenvolvendo um modelo agrícola adequado ao modo de vida desses agricultores, ao meio ambiente do território que eles habitam e às necessidades impostas pelo sistema econômico inclusivo. É uma agricultura que privilegia o trabalho e sua remuneração e que respeita e se adapta aos fatores naturais, biológicos e meteorológicos, isto é, uma agricultura que quer respeitar os produtores, os consumidores e a natureza num projeto social renovado. É um agricultura com baixo consumo de insumos e alto investimento em trabalho, capaz de manter um nível de emprego rural elevado e assim evitar o crescimento dos desequilíbrios territoriais e sociais ligados à forte urbanização.

Dessa forma, ela pode ser concorrencial economicamente - para garantir a segurança alimentar das populações rurais, via o autoconsumo, e também das populações carentes das cidades -, mais eficaz na gestão dos recursos naturais e mais justa socialmente.

O modelo de agricultura familiar agroecológica, que consiste em explorar racionalmente a diversidade biótica e abiótica dos territórios rurais, é a expressão mais representativa destas opções no Brasil. O modelo agroecológico é construído mobilizando-se os conhecimentos práticos e técnicos dos agricultores e articulando-os aos conhecimentos científicos. Esse modelo requer, portanto, um forte investimento em pesquisa aplicada, que é uma das metas principais da Universidade Camponesa. A gestão da complexidade exige o desenvolvimento de uma grande competência dos agricultores na gestão do espaço, dos recursos e do tempo de trabalho. Nesse sentido, escolher o modelo agroecológico representa, para o agricultor, assumir um processo de aprendizagem - individual e coletivo - que lhe facultará o desenvolvimento de suas competências adaptativas a partir da experimentação. É esse processo de aprendizagem que a Universidade camponesa quer acompanhar e favorecer.

A Pedagogia da Universidade Camponesa

A pedagogia da Universidade Camponesa será centrada no conceito de *Gestão do Conhecimento*, o qual amplia a visão tradicional dos métodos de capacitação e formação centrados no professor-especialista, se orientando no sentido da instalação e desenvolvimento de processos de aprendizagem coletiva, nos quais o grupo social é sujeito da construção do seu próprio conhecimento. Tem um caráter articulador, a partir do qual o saber científico e o saber técnico não são hegemônicos, mas trabalham de maneira construtiva com o saber e a lógica de cada grupo de formação na direção de um conhecimento coletivamente apropriado.

Os modelos tradicionais de cursos de transmissão de conhecimentos competentes para pessoas consideradas desprovidas dessa competência, dão lugar nesta abordagem a

processos sistemáticos de reflexão coletiva sobre as formas de organização e participação social (a começar pela prática do próprio grupo de formação); sobre a percepção coletiva da realidade (análise crítica); sobre as oportunidades e os recursos de que dispõe o coletivo; para suas estratégias de atuação; sobre os mecanismos e processos de auto-regulação.

Atentos a essas percepções do grupo de formação, os coordenadores, sem impor suas próprias percepções, participam das discussões agregando elementos para a reflexão coletiva. Gradualmente, o grupo assume as iniciativas nesse processo e começa a construir sua própria percepção da realidade; a desenvolver sua capacidade de análise; a formular novas sínteses com base nas quais traça o seu destino como grupo e como sujeito social autônomo na relação com os coordenadores e com os demais atores e agentes sociais envolvidos.

Ao contrário dos modelos clássicos que preconizam a harmonia de idéias e os consensos, a construção autônoma do conhecimento nos grupos de formação nesta linha metodológica, procura privilegiar a explicitação e a análise das diferenças e das contradições. A meta inicial é a construção de um ambiente grupal de abertura e confiança mútua, no interior do qual as defesas sejam baixas e a possibilidade de confrontação não se traduza em ameaças de ruptura. Nesse clima, a aprendizagem se processa através de uma dinâmica de inovação e de superação dos padrões de conhecimento existentes, freqüentemente comprometidos por estereótipos e sentidos comuns. Essas rupturas inovadoras se expressam de maneira sistemática em conflitos criativos auto-regulados, estabelecendo-se parcerias e cumplicidades, sem hegemonias nem dominações de competências preestabelecidas.

A gestão do conhecimento se completa e se amplia pela difusão do processo apropriado, tanto no convívio operativo do próprio grupo, quanto em programas de intercâmbio com outros grupos de aprendizagem ou em círculos mais amplos com meios adequados de comunicação e difusão. Não se trata da pura divulgação unidirecional do novo conhecimento construído, mas sobretudo da expansão da experiência coletiva de construção e gestão do conhecimento.

Dois conceitos são fundamentais nessa perspectiva metodológica, o de autonomia e o de sujeito social, associados na linguagem de Castoriadis (1975: 103) à idéia de práxis como um "fazer, onde o outro é visto como ser autônomo e considerado como agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia". Nessa perspectiva o grupo social assume a posição de sujeito de sua história, construindo o conhecimento sobre si mesmo e sobre o seu contexto. Para esse autor "a práxis visa à autonomia como um fim e a utiliza como um meio". A práxis e a autonomia estariam assim na base da construção do sujeito social e do conhecimento. O conceito de sujeito social se refere a coletivos organizados como instâncias autoconstituídas, se exprimindo pelo reconhecimento recíproco como "uma

unidade postulada, construída, que pretende se garantir a si mesma, para estabelecer a lei que especifica o social" (Barus-Michel, 1987: 27).

A articulação entre esses dois conceitos compreende que a autonomia interna e externa dos coletivos não significa a negação do outro, mas uma práxis em que a reflexão crítica sobre a leitura do outro não tem a intenção de excluí-lo, mas de superar seus limites construindo um novo saber e novos dispositivos de mediação e regulação coletiva.

Do ponto de vista operativo compreende-se que a formação em grupos que se constituem como sujeitos sociais, tende a formar uma corrente que se expande gradualmente pela prática e pela apropriação da metodologia. Uma expansão cujas dimensões não precisariam ser estabelecidas como metas institucionais, mas que poderia, ao longo do tempo, se estabelecer como indicador expressivo da qualidade da abordagem e das possibilidades concretas de um projeto como o da Universidade Camponesa não se limitar às funções clássicas de uma universidade tradicional que assume como missão a formação profissional especializada, sem uma preocupação maior com as transformações sociais.

O Desenho Institucional da Universidade Camponesa

A Universidade Camponesa é uma entidade aberta, sem sede fixa, que tem como compromisso aglutinar em si os agentes sociais, organizacionais e institucionais devotados ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Ela deverá funcionar como uma "rede", em torno das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Esta opção se justifica pela ambição que as universidades assumem realmente o seu papel formador do conjunto da população.

A noção de rede implica intercâmbios, abertura onde as entidades representativas dos agricultores familiares terão uma papel na coordenação do projeto. A organização em rede deve garantir grandes liberdade e flexibilidade às iniciativas locais de ações educativas. Contudo, apesar da diversidade, estas diferentes ações educativas deverão respeitar os princípios norteadores, fundadores da Universidade Camponesa. E em relação ao respeito destes princípios que a Universidade Camponesa poderá qualificar as ações educativas outorgando um selo.

A Estratégia de Implementação da Universidade Camponesa

Como um "processo", a Universidade Camponesa tem metas de curto, médio e longo prazos, as quais devem culminar na sua consolidação institucional, isto é, na construção de uma Universidade que ofereça ensino em nível de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão para os agricultores familiares e demais agentes sociais dedicados ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Num primeiro momento, procurar-

se-á a realização de alguns projetos pilotos, que serão executados durante o segundo semestre de 2003. Estes projetos terão como objetivo desenvolver experiências para apresentar à sociedade a proposta em andamento e tornar a Universidade Camponesa visível para parceiros potenciais.

Estas ações serão acompanhadas e avaliadas para constituir referências. Para este acompanhamento um Comitê Executivo composto por professores das Universidades Federais de Campina Grande (UFCG) e de Pernambuco (UFPE) será criado. Caberá a cada projeto piloto estruturar um Comitê Executivo que se encarregará da elaboração e implementação das ações educativas.

Para a execução dos Projetos pilotos serão definidos os seguintes pontos básicos num estudo de viabilidade a ser empreendido em oficinas preparatórias:

- Parcerias: as organizações envolvidas, seja para a participação através da cessão de professores-instrutores-orientadores, seja para indicar os alunos participantes;
- Grade curricular: os objetivos e temas dos cursos, bem como a metodologia que será utilizada, tais como itinerário pedagógico, carga horária, sistemas de orientação e de aplicação dos conhecimentos adquiridos, critérios de avaliação;
- Perfil dos participantes: nível de exigência, assim como o público-alvo direto, que pode ser formado por agricultores, lideranças e técnicos;
- Localização do evento: os locais dos cursos, sejam presenciais ou à distância, bem como toda a infra-estrutura necessária para a sua realização.
- Orçamento e financiamento.

Após a definição destes pontos, para cada curso será feito um trabalho junto às organizações parceiras para, com base no perfil definido para os participantes, realizar a seleção dos participantes. Estes estudos de viabilidade serão apresentados para discussão ao Comitê executivo.

Campina Grande, 30 de Julho de 2003

Commission Nationale de l'Université Paysanne au Brésil

Comissão Nacional da Universidade Camponesa

Présidente : Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Unicamp, UFPE, Recife)

Ghislaine Duque (UFPB, ASA-PB, Patac)

Pablo Sidersky (socio-économiste, As-pta)

Marcio Caniello (anthropologue, UFCG)

Aecio Matos Gomes (psycho-sociologue, UFPE, Nead, ex Dir. don Helder Camara)

Jean Philippe Tonneau (Agronome, Géographe, Cirad)

Bibliografia

ANDRADE, I A L de. "Conselhos do PRONAF: quando a parceria faz a diferença", in Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande, Universidade Federal de Campina Grande / Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Vol 21, nº 1, jan-jun de 2002 (pp. 62-71).

AQUINO, J R de. Agricultura familiar e políticas públicas: o caso do PRONAF no município de São Miguel - RN. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, CH, UFCG, 2003.

BARUS-MICHEL, Jacqueline. Le sujet social: étude de Psychologie Sociale Clinique. Paris, Dunod, 1987.

CARNEIRO, M. J. "Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf", in Estudos, Sociedade e Agricultura, nº 8, abril de 1977.

CASTORIADIS, Cornelius. L'Institution Imaginaire da la Société. Paris, Éditions du Seuil, 1975.

Anexo 3:

Extratos do Projeto UNICAMPO, apresentado pela UFCG ao Ministério da Educação.

.....

Público-Alvo

- ❖ Jovens camponeses com capacidade de liderança, vontade de progredir através dos estudos, com potencial de disseminação dos conhecimentos adquiridos e que tenham como opção de vida permanecer na região e trabalhar por seu desenvolvimento sustentável.
 - Pré-requisitos:
 - Estar em uma destas categorias (ou em família chefiada por): pequenos produtores, trabalhadores rurais, assentados da reforma agrária, lideranças de organizações representativas, técnicos de instituições e de ONG's de apoio, agentes de desenvolvimento e educadores;
 - Residência em município do Cariri paraibano: Amparo, Assunção, Camalaú, Caraúbas, Congo, Coxixola, Gurjão, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Prata, Parari, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê.
 - Indicação de uma entidade de base representativa;
 - Ser aprovado em entrevista com a Comissão de Seleção.
 - Turma: 30 alunos.

Proposta Curricular

- ❖ Formação humanística (3 módulos)
 - Utilizando-se dos conceitos e perspectivas analíticas das Ciências Sociais, promover uma reflexão sobre o *ethos camponês* e os dilemas do campesinato frente ao capitalismo e à “modernidade”;
 - Treinamento em metodologia de pesquisa interdisciplinar aplicada (Cf. Teixeira, 2002) como instrumental para se formar uma imagem do território, da história, da economia e da sociedade local, identificando suas potencialidades e problemas;
 - Produção de um diagnóstico sociológico da região, considerando seus problemas e potencialidades a partir de pesquisa de campo feita pelos alunos;
 - Produção participativa e interativa de um **Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável** para o Cariri paraibano.
- ❖ Formação técnica (3 módulos)
 - Utilizando-se de instrumental interdisciplinar, discutir o conceito de desenvolvimento sustentável e de agricultura familiar;
 - Discussão sobre a multifuncionalidade e a pluriatividade como estratégias de desenvolvimento local sustentável;
 - Promoção da interação entre o “saber local” e o “saber técnico-científico” na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável;
 - Informação sobre tecnologias apropriadas;
 - Apresentação da agroecologia como base de um modelo eficaz de desenvolvimento local sustentável;

- Capacitação em técnicas de gestão da unidade produtiva familiar.
- ❖ Formação social (3 módulos)
 - Apresentação e discussão das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local sustentável;
 - Informação sobre ações de organizações civis em prol do desenvolvimento local sustentável;
 - Questões de gerenciamento coletivo de recursos produtivos: associativismo e cooperativismo;
 - Questões de ação coletiva, participação política, cidadania e desenvolvimento sustentável.
- ❖ Elaboração do Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável (1 módulo)

Estrutura dos Módulos de Formação

A estrutura dos módulos de formação está sendo desenvolvida em oficinas temáticas durante as reuniões do Conselho Deliberativo (ver abaixo). Neste momento está delineada a estrutura dos módulos de formação humanística e o primeiro módulo de formação técnica:

- ❖ Formação humanística
 - 1º Módulo – História do Cariri Paraibano
 - Conteúdo programático:
 - a. Arqueologia e pré-história;
 - b. A ocupação humana (ênfase nos conflitos entre índios e brancos);
 - c. A história recente (ênfase em política, economia e questão agrária).
 - Dinâmica cultural: “Contando e cantando histórias do Cariri”:
 - a. Intelectual local relata histórias da região (gravação em vídeo);
 - b. Desafio de violeiros tendo como mote temas históricos (gravação em vídeo);
 - Oficina: Desenvolvimento de um folheto de cordel sobre a Sociologia do Cariri paraibano (a ser usado como material didático na disseminação dos conhecimentos do Curso).
 - 2º Módulo – Sociologia do Cariri Paraibano
 - Conteúdo programático:
 - a. O *ethos camponês* como base da cultura local;
 - b. Campesinato, capitalismo e modernidade;
 - c. Métodos e técnicas de pesquisa social.
 - Trabalho de campo: divididos em grupos e portando câmeras de vídeo, gravadores e máquinas fotográficas, os alunos irão realizar entrevistas em diferentes municípios, segundo roteiro definido em sala de aula (cada grupo será acompanhado por um monitor).
 - Oficina: Desenvolvimento do folheto de cordel sobre a Sociologia do Cariri paraibano.
 - 3º Módulo – Construindo uma Visão Sociológica do Cariri Paraibano
 - Tempestade de idéias: sistematização e discussão dos dados levantados nas entrevistas e delineamento de um roteiro de relatório de pesquisa.
 - Espaço de vivência: a partir de técnicas de dramatização, tematizar os problemas sociais identificados pela pesquisa.
 - Oficina: Conclusão do folheto de cordel sobre o Cariri paraibano a partir dos dados coletados (caderno de campo, entrevistas e vídeos).

- A avaliação será efetuada através da análise da produção dos alunos:
 - Material didático: folheto de cordel;
 - Vídeo: memorial sociológico;
 - Relatório de pesquisa (a ser entregue posteriormente).
- ❖ Tema: Formação técnica
 - 1º Módulo – O Território do Cariri Paraibano
 - Conteúdo programático:
 - a. A geografia (localização, geologia, relevo, hidrografia, clima, vegetação e solo);
 - b. Aprendendo técnicas para conhecer um território (instrumentos para identificação de paisagem, zoneamento, etc.);
 - Trabalho de campo: os alunos irão percorrer regiões do Cariri paraibano munidos de máquinas fotográficas e cadernos de campo, com o objetivo de registrar elementos do meio ambiente do território.
 - Oficina: Desenvolvimento de um jogo pedagógico com as fotografias tiradas em campo.

Resultados Esperados

Ao final do Curso de Extensão, espera-se que os educandos sejam capazes de responder às seguintes questões:

- ❖ ***Quem somos nós?***
 - Reflexão sobre o *ethos camponês caririzense* e de seus dilemas frente ao capitalismo e à “modernidade”
- ❖ ***O que temos?***
 - Reflexão sobre os recursos disponíveis na região para o seu desenvolvimento sustentável.
- ❖ ***Como usamos o que temos?***
 - Reflexão sobre a capacidade, os problemas e as dificuldades no uso desses recursos.
- ❖ ***Como podemos potencializar o que temos?***
 - Capacitação técnica articulando o “saber local” e o “saber científico”;
- ❖ ***Quais são os instrumentos para potencializar o que temos?***
 - Capacitação em pesquisa aplicada.
- ❖ ***Qual é o nosso projeto de desenvolvimento?***
 - Formulação do projeto, considerando-se as pesquisas técnico-científicas, as ações de organizações civis e as políticas públicas.
- ❖ ***Como podemos implementar o projeto de desenvolvimento?***
 - Capacitação em ação coletiva;
- ❖ ***O que fazer para colocar o projeto em prática?***
 - Formação de um Comitê Gestor do Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável, formado pelos alunos, professores e pesquisadores com o objetivo de atrair parceiros, captar recursos e monitorar a implementação do projeto.

A Equipe

Cada módulo será conduzido por uma equipe com a seguinte formação:

- 2 educadores:
 - Professor responsável pelo conteúdo programático;
 - Professor responsável pela crítica pedagógica.
- 1 animador cultural;
- 2 monitores:

- Auxiliar de conteúdo programático;
- Auxiliar de produção cultural.

Comitê Executivo

- **Márcio de Matos Caniello:** coordenador geral e coordenação de formação humanística.
 - Doutor em Sociologia (UFPE);
 - Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFCG;
 - Professor Credenciado no PPGS;
 - Líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (GPDSA).
- **Jean-Philippe Tonneau:** coordenação de formação técnica
 - Doutor em Geografia Agrária (Université Paris X – Nanterre)
 - Pesquisador do CIRAD;
 - Professor Visitante do PPGS;
- **Ghislaine Duque:** coordenação de formação social
 - Doutora em Sociologia (E.H.E.S.S.)
 - Professora Aposentada do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFCG;
 - Professora Credenciada no PPGS (em atividade);
 - Líder do Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar (GPAF);
- **Fernanda de Lourdes Almeida Leal:** coordenação pedagógica
 - Mestre em Comunicação e Semiótica (PUC-SP);
 - Professora Assistente do Departamento de Educação da UFCG.

Comitê Gestor Local

- **Francisco de Assis Batista**
 - Mestre em Educação (UFPB);
 - Professor de Metodologia Científica na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB);
 - Presidente do Centro Caririzense de Educação, Pesquisa e Assessoria Sócio-Ambientação (CCEPASA).
- **Jorge Pereira de Almeida**
 - Bacharel em História;
 - Secretário de Educação de São João do Tigre;
 - Membro do CCEPASA.
- **Luís Silva**
 - Fundador do CENTRU ao lado de Margarida Maria Alves, Manoel da Conceição e outros líderes do movimento social rural na Paraíba;
 - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro;
 - Membro do CCEPASA.
- **Severina Bezerra Duarte**
 - Diretora da Escola Agrotécnica de Ensino Fundamental de Sumé.
- **Raimunda Cosme**
 - Supervisora Local do Projeto Dom Helder Câmara;
- **Antônio Alberto de Albuquerque**
 - Diretor Regional da EMATER.

Pessoal de Apoio

- **Josafá Paulino de Lima:** Consultor de Arte, Cultura e Mídia.
 - Bacharel em Sociologia (UEPB)
 - Artista plástico e animador cultural.
- **Monitores**
 - 2 alunos do Curso de Ciências Sociais;
 - 1 aluno do Curso de Engenharia Agrícola;
 - 1 aluno do Curso de Arte e Mídia.
- **Consultores e assessores *ad hoc***
 - Está prevista a incorporação de consultores e assessores *ad hoc* no caso de necessidades técnico-pedagógicas não previstas.

Parceiros

- **CIRAD** (Centre de Coopération Internationale em Recherche Agronomique pour le Développement).
- **Projeto Dom Helder Câmara**
- **Prefeitura Municipal de Sumé , Escola Agrotécnica - E Quiroz**
- **CCEPASA, UEPB, EMATER-PB**

Cronograma de Execução

ABRIL/2003	
30	<p style="text-align: center;">Reunião do GPDSA (Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido)</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Definição de princípios e diretrizes para a formulação do documento-base do Projeto UniCampo; ➤ Redação da minuta do documento-base; ➤ Definição da estratégia de implementação do Projeto: <ul style="list-style-type: none"> ● Escolha do município de Sumé como base da experiência piloto; ● Estabelecimento de articulações com a sociedade civil local; ● Estabelecimento de articulações institucionais (UFCG); ● Identificação de parceiros.
MAIO/2003	
05	Apresentação e discussão do documento-base com o Reitor da UFCG.
06	Apresentação e discussão do documento-base com o presidente do CCEPASA (<i>Centro Caririzense de Educação, Pesquisa e Assessoria Sócio-Ambiental</i>), ONG sediada em Monteiro (PB), promotora da articulação com a sociedade civil local.
13	Apresentação e discussão do documento-base com a Diretora de Formação e Capacitação do Projeto Dom Helder Câmara (MDA/FIDA), parceiro potencial.
31	<p>1ª Reunião do Conselho Deliberativo em Sumé</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Participantes: <ul style="list-style-type: none"> ● Professores e pesquisadores da UFCG e CIRAD; ● Componentes do CCEPASA; ● Diretora e professores do Colégio Agrotécnico de Sumé; ● Supervisora local do Projeto Dom Helder Câmara. ➤ Pauta: <ul style="list-style-type: none"> ● Apresentação e discussão do documento-base do Projeto UniCampo; ● Pactuação de parcerias; ● Constituição do Conselho Deliberativo: <ul style="list-style-type: none"> (a) Comitê Executivo formado por professores e pesquisadores da UFCG e CIRAD; (b) Comitê Gestor formado por representantes da sociedade civil local. ● Divisão de tarefas organizativas entre os Comitês; ● Definição do público-alvo; ● Estratégias para a implementação do Projeto; ● Oficina temática (geral).
JUNHO/2003	
13 e 17	<p>Reuniões do GPDSA</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Formação do Grupo de Trabalho para a implementação do Projeto; ➤ Discussão do Projeto com a Pró-Reitora de Graduação da UFCG; ➤ Redação da 2ª versão do documento-base; ➤ Encaminhamentos organizativos.

JULHO/2003	
01	Reunião do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS): ➤ Aprovação do Projeto UniCampo
13	2ª Reunião do Conselho Deliberativo em Sumé ➤ Com os mesmos presentes da reunião anterior, tratou-se da seguinte pauta: <ul style="list-style-type: none"> ● Discussão da 2ª versão do documento-base; ● Exposição da proposta político-pedagógica; ● Definição de cronograma de execução; ● Processo de seleção dos candidatos ao curso: <ul style="list-style-type: none"> (a) Os candidatos serão indicados pelo Comitê Gestor a partir de consultas às organizações de base atuantes na região; (b) Uma Comissão de Seleção formada por 2 componentes do Comitê Executivo e 2 componentes do Comitê Gestor irão entrevistar os candidatos para selecionar uma turma de 30 alunos, com representação municipal garantida, contemplando os 21 municípios do Cariri sob área de influência de Sumé-Monteiro; ➤ Discussão sobre o orçamento; ➤ Estabelecimento de estratégias para captação de parceiros; ➤ Encaminhamentos organizativos; ➤ Oficina temática (formação humanística).
27	3ª Reunião do Conselho Deliberativo em Sumé ➤ Com os mesmos presentes da reunião anterior, tratou-se da seguinte pauta: <ul style="list-style-type: none"> ● Listagem dos candidatos indicados para a seleção (45 candidatos cobrindo os 21 municípios da micro-região); ● Distribuição das fichas de inscrição e do questionário avaliativo; ● Discussão sobre o orçamento; ● Encaminhamentos organizativos; ● Oficina temática (formação humanística e formação técnica).
AGOSTO/2003	
15	Prazo final para o envio das fichas de inscrição e questionário avaliativo ao Comitê Gestor
17	4ª Reunião do Conselho Deliberativo em Sumé ➤ Encaminhamentos seleção dos candidatos; ➤ Questões orçamentárias; ➤ Encaminhamentos organizativos; ➤ Oficina temática (formação técnica).
22	Reunião do GPDSA ➤ Encaminhamentos organizativos.
29	Reunião do Conselho do Centro de Humanidades (COC) ➤ Apreciação do Projeto de Extensão.

SETEMBRO/2003	
06	5ª Reunião do Conselho Deliberativo em Sumé <ul style="list-style-type: none"> ➤ Análise das fichas de inscrição e dos questionários de avaliação; ➤ Definição do roteiro das entrevistas com os candidatos; ➤ Questões orçamentárias; ➤ Encaminhamentos organizativos; ➤ Oficina temática (formação social)
13	Entrevistas com os Candidatos (1ª Bateria)
14	Entrevistas com os Candidatos (2ª Bateria)
20	Entrevistas com os Candidatos (3ª Bateria)
21	6ª Reunião do Conselho Deliberativo em Sumé <ul style="list-style-type: none"> ➤ Homologação das inscrições dos candidatos selecionados; ➤ Encaminhamentos organizativos; ➤ Oficina temática (formação social).
27	Abertura do Curso de Extensão <ul style="list-style-type: none"> ➤ 8-10 h.: Dinâmica de grupo com o objetivo de apresentação dos alunos entre si (trabalhar noções de localização na microrregião, inserção social e política, etc.); ➤ 10-12 h.: Apresentação do Programa do Curso; ➤ 14-16 h.: Aula Inaugural; ➤ 16-18h.: Apresentação artístico-cultural.
OUTUBRO/2003	
03-04	Formação Humanística (1º Módulo)
08	Reunião GPDSA <ul style="list-style-type: none"> ➤ Crítica pedagógica; ➤ Encaminhamentos organizativos.
10-11	Formação Humanística (2º Módulo)
17-18	Formação Humanística (3º Módulo)
19	7ª Reunião do Conselho Deliberativo <ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaliação dos trabalhos; ➤ Encaminhamentos organizativos.
24-25	Formação Técnica (1º Módulo)
29	Reunião GPDSA <ul style="list-style-type: none"> ➤ Crítica pedagógica; ➤ Encaminhamentos organizativos.
31	Formação Técnica (2º Módulo)

NOVEMBRO/2003	
01	Formação Técnica (2º Módulo – continuação)
07-08	Formação Técnica (3º Módulo)
09	8ª Reunião do Conselho Deliberativo <ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaliação dos trabalhos; ➤ Encaminhamentos organizativos.
14-15	Formação Social (1º Módulo)
19	Reunião GPDSA <ul style="list-style-type: none"> ➤ Crítica pedagógica; ➤ Encaminhamentos organizativos.
21-22	Formação Social (2º Módulo)
28-29	Formação Social (3º Módulo)
30	9ª Reunião do Conselho Deliberativo <ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaliação dos trabalhos; ➤ Encaminhamentos organizativos.
DEZEMBRO/2003	
05-06	Módulo-Síntese (Formulação do Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável)
12-13	10ª Reunião do Conselho Deliberativo <ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaliação dos trabalhos; ➤ Preparação do Festival de Encerramento; ➤ Encaminhamentos organizativos.
18-20	Festival de Encerramento <ul style="list-style-type: none"> ➤ Seminário com especialistas sobre o desenvolvimento sustentável do semi-árido; ➤ Apresentação da produção dos alunos; ➤ Feira da Multifuncionalidade: exposição de produtos e tecnologias; ➤ Festa da Cultura: produção cultural da região; ➤ Dinâmica de Grupo: Para aplicar o Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável
21	11ª Reunião do Conselho Deliberativo <ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaliação final; ➤ Agenda para 2004; ➤ Encaminhamentos organizativos.

Anexo 4 :

Ficha técnica:

"Universidade Camponesa - Brasil" - Projeto Unicampo, Paraíba.

Ciclo de 2004. Curso de desenvolvimento local e agricultura familiar.

Em junho de 2003 começou a ser implementado o projeto UniCampo (Universidade Camponesa) por uma parceria que inclui a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e as organizações camponesas e sindicais da região do Cariri. Este projeto tem o apoio do CIRAD, da Escola Técnica Agrícola e da Prefeitura de Sumé, da ONG local CCEPASA e o Projeto Dom Helder Câmara (MDA-FIDA). O primeiro ciclo desta formação foi realizado no período que vai do 27 de setembro ao 12 de dezembro de 2003, nas salas da Escola Técnica de Agricultura de Sumé. Um segundo ciclo será realizado na região do Cariri, para o mesmo público, em 2004.

Objetivo da Universidade Camponesa

"Oferecer formações para jovens camponeses, agricultores familiares, trabalhadores sem-terra e para membros e lideranças das organizações de agricultores de forma a reforçar as suas capacidades de análise e de elaboração de projetos individuais e coletivos".

Público

Agricultores e agricultoras, membros de organizações, sindicais e camponeses ou de organizações rurais locais, jovens (25-35 anos) preferivelmente.

Conteúdo

Ciclo 1: (3 módulos)

1. formação em ciências humanas que integra o estudo da história da agricultura regional, a identidade camponesa e os seus dilemas perante o capitalismo, bem como uma análise da evolução das políticas públicas agrícolas e rurais e do seu quadro [*cadre* no original. *Eu pensei em colocar: processo*] de elaboração e de negociação (Tonneau, 2003);
2. formação técnica com base na valorização dos conhecimentos locais e das inovações no domínio da produção agrícola, da comunicação e das artes (artesanato local, publicação e edição popular, artes plásticas que valorizam a cultura regional e local);
3. formação social: temas da ação coletiva para a mobilização e a organização de agricultores (organizações camponesas, associações, cooperativas, etc..)

Ciclo 2: (versão provisória, em preparação)

1. a abordagem do projeto coletivo e individual: formação para a construção, elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de projetos;
2. formação técnica complementar (aprofundamento em agroecologia, em gestão de recursos hídricos, e de recursos coletivos, gestão de instituições, técnicas de comunicação, etc.)
3. formação nos métodos de análise e planificação dos territórios e das sociedades rurais (diagnóstico e planificação ascendente, análise de projeto e políticas públicas)

Pedagogia

O projeto pedagógico, que funciona em alternância, inspira-se no método do Paulo Freire e no método de aprendizagem a partir da resolução dos problemas, Compreende dois ciclos de 120 horas de formação, administrados por grupos de 20 para 30 estudantes reunidos durante dois ciclos de 3 meses, nos finais de semana.

As sessões em sala de aula alternam-se com trabalhos práticos, visitas de campo, de testemunhos e aportes de especialistas externos, oficinas de comunicação e de artes plásticas.

Formadores do Unicampo

- Coordenação geral: Márcio Caniello (sócio-antropólogo, UFCG)
- Coordenação pedagógica: Fernanda de L. Almeida Leal (comunicação e semiótica, PUC-SP, UFCG);
- Coordenação logística local: Severina Bezerra Duarte, agrônoma, diretora da Escola Agro-técnica de Sumé.
- Módulos 1 e 3: Márcio Caniello, Ghislaine Duque (socióloga, UFCG), Jorge Pereira de Almeida (professor de história, CCEPASA) e Francisco de Assis (pedagogo, CCEPASA, UEPB)
- Módulo 2: Jean-Philippe Tonneau (geógrafo, Cirad) e Alexandre Silva (Agrônomo, UFCG)
- Artes e comunicação (nos 3 módulos): Josafá de Orós e R. Monteiro (edição de cordel)
- Custo médio de um ciclo: fora os salário dos educadores: 8.000 euros

Anexo 5 :

Apresentação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar.

(Laboratório Rural Nordeste – UFPE.)